



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBEB- SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO
ESCOLA CLASSE BELA VISTA

PROPOSTA PEDAGÓGICA

ESCOLA CLASSE BELA VISTA

SÃO SEBASTIÃO - 2019



**DESPERTAR PARA A CIDADANIA
SUSTENTABILIDADE HUMANA
ESCOLA CLASSE BELA VISTA**

SÃO SEBASTIÃO - 2019

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Equipe Gestora

Equipe de professores

Equipe de servidores: Serviço de Orientação Educacional, Supervisão Pedagógica e Administrativa, Coordenação Pedagógica, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos e Secretaria Escolar.

Membros do Conselho Escolar

Pais, Mães e Responsáveis Legais.

“A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.”

Nagib Anderaós Neto

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Breve Histórico da Escola	7
3. Diagnóstico da Realidade	9
4. Função Social	13
5. Fins e Princípios Norteadores	14
6. Objetivos	17
7. Concepções Teóricas/Práticas	18
8. Organização do Trabalho Pedagógico	23
9. Conselho Escolar Participativo	26
10. Organização Curricular	32
11. Plano de Ação	34
12. Acompanhamento e Avaliação da Proposta pedagógica	72
13. Projetos Específicos	73
14. Considerações Finais	81
15. Referências Bibliográficas	83

1. APRESENTAÇÃO

A Proposta Pedagógica representa a base orientadora do trabalho educativo desenvolvida na Escola Classe Bela Vista. Foi elaborada nos termos do Art. 158 da resolução nº. 02/98 – SSE/DF e do Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF, com a contribuição de representante de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, norteando-se, entre outros princípios: éticos, políticos e epistemológicos e estéticos. Tais princípios representam o ideário de educação escolar vislumbrados por seus fundadores com a meta de formar cidadãos conhecedores dos seus reais direitos e deveres plenos.

Temos consciência de que a prática pedagógica por nós desenvolvida atenderá aos anseios da comunidade escolar, reconhecendo que uma unidade de ensino se faz com democracia e participação de todos, buscando por sanar nossas dificuldades e permear uma escola reflexiva que tenha a flexibilidade de uma gestão democrática. Vislumbramos uma escola que atenda todos os segmentos de ensino a que se propõe, estabelecendo parcerias, e, sobretudo criando o espírito de equipe. Para tanto a escola propõe como eixo norteador de todo processo de desenvolvimento da Proposta Pedagógica.

“A escola é um espaço público, lugar de debate e diálogo fundado na reflexão coletiva (...) terão de nascer da escola e ser construída coletivamente” (Veiga 1995)”

Esta proposta, no sentido mais íntegro, uma dimensão dialética da realidade, privilegiando um ensino significativo, aderindo como suporte a pedagogia de projetos. Visa assim trabalhar temas que discutam o cotidiano da nossa sociedade.

2. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA CLASSE BELA VISTA

Em 1998, foi criado o Movimento dos Inquilinos de São Sebastião com o objetivo de lutar pela criação e expansão de alguns bairros na cidade. O movimento conseguiu do GDF a implantação de alguns bairros através do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF. Por outro lado, esta conquista implicava na transformação de parte das terras rurais em urbana e alterava ainda o sistema viário do Distrito Federal. Esse fator fez com que ambientalistas, moradores, empresários e agricultores se desentendessem porque todos queriam que a revisão do PDOT acontecesse de acordo com o ponto de vista e interesse de cada um. Dezenas de audiências públicas foram realizadas em todas as cidades do DF e por fim foi aprovada pela Câmara Legislativa a implantação de alguns bairros e a expansão do Bairro Bela Vista, impedindo assim, a demolição de muitos barracos de famílias carentes, que tinham como esperança a regularização de suas moradias.

Junto com esse crescimento, foi necessário acrescentar também mais escolas para atender a grande demanda de crianças que hoje fazem parte dessa comunidade. Em 2005, em uma área onde funcionava uma pequena feira, iniciou-se a construção da escola. Inaugurada em 2006, organizada não simplesmente como uma escola, mas um conjunto com toda sua complexidade formal e institucional de grande utilidade para atender a demanda da comunidade de moradores do Bairro Bela Vista. A área construída é composta atualmente de 23 salas de aula, 01 sala de recursos, 01 sala de direção, 01 sala para Serviço de Orientação Educacional com uma divisória para atender aos profissionais da Equipe Especializada de Apoio à aprendizagem, 01 almoxarifado, 02 sanitários administrativos, 04 sanitários para os alunos, 01 sala de professores, 01 sala de mecanografia, 01 sala de apoio, 01 secretaria, 01 pátio, 02 sanitários para alunos com necessidades especiais, 01 elevador para alunos com necessidades especiais que não está em funcionamento, 01 central de gás, 01 sala de multiuso, 01 sala de leitura, 01 sala de servidores, 01 cozinha com depósito.

A escola dispõe de uma área externa composta de estacionamento e um parque infantil com brinquedos, uma área para o futebol com piso e outra com grama, dispõe também de calçada para hora cívica e guarita (com sanitário) para uso da vigilância e portaria, apesar de estarem fazendo uso como depósito. O GDF disponibilizou todo o mobiliário e recursos humanos necessários para iniciar as atividades escolares em 2006. Todas as matrículas foram efetivadas na DRE - Diretoria Regional de Ensino,

que hoje é CRE – Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião, enquanto aguardava-se a entrega da obra pela engenharia.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome	Escola Classe Bela Vista
Endereço	Rua 01 n 221 Bairro Bela Vista
Telefone	39017941 – 39017942
Localização	São Sebastião - DF
CRE	São Sebastião - DF
Data da criação	Março 2006
Autorização	95 de 15/03/2006
Reconhecimento	
Turno de funcionamento	Matutino (7h15 às 12h15) e Vespertino (12h45 às 17h45)
Nível de Ensino Ofertado	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais
Etapas e modalidades de Ensino Programas e Projetos Especiais da Educação Básica	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Especial

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

1^{os}	-	112	107	107	-	107	-	18	13
Períodos									
2^{os}	-	193	199	199	-	199	-	22	28
Períodos									
1^{os} Anos	-	140	131	125	06	124	07	20	11
2^{os} Anos	-	148	144	141	03	139	05	08	04
3^{os} Anos	-	166	142	122	20	118	24	26	02
4^{os} Anos	-	153	153	152	01	152	01	08	08
5^{os} Anos	-	150	134	122	12	121	13	17	01
Ens. Esp.	-	01	01	01	-	01	-	-	-
Total	-	1063	1011	969	42	961	50	119	67

FONTE: Dados da Secretaria Geral da Escola Classe Bela Vista

Legenda:

MT – Matricula Total

MI – Matricula Inicial

MF – Matricula Final

APIA – Aprovação na Idade Apropriada

APAIA – Aprovação Acima na Idade Apropriada

AP - Aprovação

R – Reprovação

TE - Transferência Expedida

TR – Transferência Recebida

É perceptível no contexto escolar nas propostas pedagógicas a necessidade de avaliação de todos os envolvidos. Segundo Freire (1989) não é possível praticar sem avaliar a própria prática, avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando o resultado com as finalidades que procuramos alcançar com a própria prática.

Neste Projeto Político Pedagógico ressaltamos a necessidade de uma concepção democrática, pois a participação do todo com um objetivo comum para um plano de trabalho coletivo dinâmico e abrangente e principalmente aspirando à

autonomia da Escola Classe bela Vista, enfatizando aqui as palavras de Veiga (1995 p.02) “A escola é um espaço publico, lugar de debate, diálogo fundado na reflexão coletiva (...) terão que nascer do próprio chão da escola e ser construída coletivamente”.

A referida escola enfrenta um grave problema, a rotatividade de professores a cada ano, no matutino são oito professores efetivos, que equivale a 34,7% e 15 professores temporários equivalentes a 65,2%, e no vespertino são dois professores efetivos que equivale a 04,34% e 21 professores temporários equivalentes a 95,65%. No início do ano letivo se inicia um trabalho, quando chega outro ano letivo há a necessidade de reiniciar o mesmo trabalho, pois são novos profissionais que se apresentam.

Nós profissionais que estamos a mais tempo na escola, somos conhecedores de nossa clientela, esperamos com esta proposta fazer surgir cidadãos críticos, criativos e autônomos na busca de oportunidades, e nesta empenhamos nossas funções agregando a pedagogia de projetos embasados no nosso contexto de aprendizagem. Diante desses fatores, de maneira coletiva, com a participação das mães, pais, responsáveis, equipe gestora, coordenação e supervisão, EEAA - Equipe de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, SOE – Serviço de Orientação Educacional, resolvemos abrir para discussão e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Bela Vista, pois acreditamos que ele seja o coração da escola, e nossos sonhos com relação a comunidade deve ser compartilhado e construído com a participação de todos os envolvidos que fazem educação.

A Escola Classe Bela Vista está inserida em uma comunidade que vivência cotidianamente a violência e a perda de valores essenciais para a harmoniosa convivência em sociedade. Estes problemas são advindos de um ambiente precário de recursos financeiros, culturais e sociais.

A escola promove a socialização e integração do cidadão, formação global do ser humano. A escola tem uma função social de interagir: família-escola-aluno. Precisa ter claro o cidadão que se quer formar. Além de formar, ser mediadora e acolhedora.

A escola não tem função de educar, esse papel é da família. O papel é formar o cidadão para a sociedade de acordo com a necessidade da mesma. O objetivo é que apesar das adversidades, se construa a contra-ideologia quebrando paradigmas e barreiras, sempre buscar meios para o acesso e permanência dos

alunos. Com propostas bem elaboradas e possíveis de se realizar. Buscar construir um projeto político pedagógico com a máxima participação da comunidade escolar, objetivando uma educação de qualidade, uma educação cidadã que inclua ideias e valores e não exclua.

É necessário interagir a vivência do aluno, relacionando-se com a escola para que haja sentido para a criança, dar espaço para que os mesmos exponham suas ideias e opiniões.

Educar para ser um cidadão crítico no meio social.

O aprendizado ocorre em qualquer tempo e em qualquer comunidade. A escola é um espaço privilegiado, não deve ser fechada, deve buscar na comunidade suas dificuldades sociais e apoiá-la para contribuir para o seu crescimento.

4. FUNÇÃO SOCIAL

A Escola Classe Bela Vista tem o objetivo de formar alunos conscientes, reflexivos, críticos e motivados à participação democrática como cidadão ativos.

Pretende oferecer uma educação humanista e holística embasada em conhecimentos inter e transdisciplinares, contextualizados ao cenário global e aplicados à realidade local.

Desenvolver a Ecologia do Ser que tem como princípio formar pessoas inteiras saudáveis, autônomas, dentro de uma perspectiva completa e integradora das habilidades racionais e das capacidades, trabalhando o respeito a si mesmo e aos outros pela compreensão e cooperação, criando um ambiente solidário e ecológico respeitando e valorizando a si mesmo, a sociedade e ao meio ambiente.

A escola busca formar pessoas íntegras, conscientes de seus talentos, capazes de selecionar informações, e ter autocrítica para, de forma prática, 'côncios de seus direitos e deveres, capazes estabelecer relações sociais adequadas e harmoniosas. Nossa escola pretende que os alunos sejam respeitados no seu pensar e fazer, no seu espaço de crescer. "Que tenham senso de justiça e solidariedade, que sejam competentes e felizes".

A Escola Classe Bela Vista busca oferecer atendimento com padrão de qualidade, focando as funções de educar e cuidar, oferecendo assim, um suporte à família que necessita de uma estrutura educacional na primeira infância que a auxilie na educação de seus filhos, dentro de uma perspectiva de coletividade e com vistas no desempenho de um trabalho de excelência da escola pública.

5. FINS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

O grande desafio da escola, hoje, é educar e capacitar seus alunos para viverem num mundo globalizado e de novas perspectivas e exigências.

A Educação Básica, adequada à nova Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 está voltada para as demandas deste cenário, buscando atender as necessidades das novas gerações.

É a escola um espaço pedagógico onde se dá o processo de formação de novos cidadãos, que acolhe toda e qualquer, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, promovendo uma educação transformadora comprometida com o todo social. Pensando no fazer pedagógico que a Escola Classe Bela Vista, elegeu como seu eixo norteador a sustentabilidade humana e todas suas implicações no desenvolvimento do ser humano. No âmbito escolar os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) já apontam para a necessidade urgente de se trabalhar o meio ambiente de modo transversal e interdisciplinar.

A escola é o centro de excelência enquanto espaço cultural-educativo, portanto, torna-se centro de erradicação dos diferentes aspectos da educação ambiental e o espaço ideal para se remodelar o modo de vida atual já que o que estamos vivendo é insustentável a longo prazo.

Para uma educação ambiental consequente é necessário à promoção de valores, habilidades, conhecimentos e atitudes favoráveis ao desenvolvimento humano. O equilíbrio das relações sociedade-ambiente deve estar pautado em uma Educação Social Transformadora, na qual os envolvidos assimilem desde cedo os princípios básicos da sustentabilidade e da solidariedade, pois “a verdadeira educação ambiental só acontece na vivência prática com o ambiente, descobrindo nosso impacto e nosso potencial de restauração” (Lúcia Legan).

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta a nós como limite, ressignifica e reorienta o curso da história; limite do conhecimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade necessita voltar a viver em comunidade adotando a prática da solidariedade e da conservação ambiental. O trabalho educativo realizado no âmbito escolar pode contribuir para esta realização.

Considerando que a educação ambiental tem como fim contribuir com a sustentabilidade do planeta e da vida, um processo de aprendizagem permanente Sato (2002), enfatiza a necessidade de um convívio respeitoso e articulado com todas as formas de vida no cosmos, pois tal educação reafirma valores e ações que contribuem para a transformação humana. A crise ambiental é um dos grandes

desafios da humanidade que além, de soluções técnicas, requer soluções educacionais que se configurem na construção de conhecimentos, desenvolvimento de mudanças de hábitos, intencionalização de novos valores e atitudes que contribuam para a superação dos problemas apresentados. Os efeitos provocados pelo avanço tecnológico para a melhoria de vida do homem criam de diversas formas, sérios problemas aos ecossistemas planetários. Nesse contexto a escola como instituição produtora que gere melhoria na qualidade de vida de todos. Nesta perspectiva o aluno é visto como sujeito epistêmico, produtor de cultura, sujeito dialético, histórico, interventivo e criativo, capaz de intervir de forma positiva na realidade que vive.

Segundo Hoffman, a dimensão do prazer de aprender é de natureza diversa das demais dimensões da aprendizagem. É necessário ter clareza disso para formar aprendizes para toda a vida. Uma escola sustentável educa para cidadania, onde se aprende a cuidar de si, dos outros, do seu espaço e do planeta. Envolve uma cultura de paz e justiça social, capacidade de reação e transformação para um futuro sustentável. Finalmente, cabe ressaltar que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência ambiental e planetária.

Compreendemos Educação como construção da pessoa. “Educar vem da mesma raiz de “eduzir”, que significa extrair ou evocar aquilo que esta latente. Educar é, portanto, extrair da pessoa as capacidades latentes para compreender e viver, e não “encher” uma pessoa (passiva) de um conhecimento preconcebido. A educação nasce de um estreito relacionamento entre diversão e a exploração. É necessário que haja permissão para explorar e se expressar. Precisa haver uma afirmação do espírito exploratório, que por definição nos permite escapar do testado e aprovado, e da homogeneidade”, conforme definido por Stephen Nachmanovitch, (1993, Ser Criativo, p.109).

Os princípios norteadores da Escola Classe Bela Vista, aqueles que criam a identidade da escola, são os princípios éticos, políticos epistemológicos e estéticos. Princípios estes que orientam a formação dos alunos, sendo aplicados na prática pedagógica diária na Escola, conforme o Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF. Defendemos, portanto, que o conhecimento é construído pela criança na interação com o meio em que vive, utilizando-se de todos os instrumentos da sua cultura.

Estão em nossa base ética à autonomia, as competências, o respeito às diferenças; e a valorização e preservação da vida e do meio ambiente. A dimensão política da Escola prepara o aluno para a vida em sociedade a partir do reconhecimento e da prática dos direitos humanos para o exercício pleno da cidadania, ao preconceito ou discriminação, por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física.

E os princípios estéticos da criatividade, da sensibilidade, da ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais, construindo assim, um ambiente escolar voltado para o educar e o cuidar.

“O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. É nas interações sociais que acontece a ampliação dos laços afetivos que as crianças estabelecem com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprio”. ***Referencial Curricular Nacional para a Educação***

6. OBJETIVOS

- Realizar atividades diversificadas com os alunos: gincanas, brincadeiras;
- Oferecer aulas de reforço no contra turno;

- Sensibilizar os pais/responsáveis sobre a participação na vida escolar de seus filhos: apresentar as medidas pertinentes aos pais/responsáveis – ECA Artg: 29 (pag. 87);
- Buscar parcerias com o Conselho Tutelar com palestras aos pais/responsáveis;
- Encaminhar a relação dos alunos faltosos, com os respectivos dados e problemas específicos enfrentados pela escola ao Conselho Tutelar;
- Promover quinzenalmente, nas Coordenações Coletivas, a Formação Continuada aos Professores nas etapas que a Escola oferta;
- Realizar atividades diversificadas aos alunos com insucessos de aprendizagem;
- Promover rodas de discussão entre Professores, Direção, Conselho Escolar, Orientador Educacional, Profissionais da Equipe de Apoio à Aprendizagem, Professor da Sala de Recursos e Coordenadores para buscar soluções quanto à aprendizagem dos alunos;
- Sensibilizar os professores a se aperfeiçoarem por meio de Formação Continuada promovida pela EAPE – Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação do GDF;
- Buscar parcerias com o Ministério Público, Administração Regional, Coordenação Regional de Ensino sobre os direitos e deveres da comunidade escolar;
- Fortalecer o Conselho Escolar conscientizando os pais/responsáveis a participação na vida escolar dos filhos;
- Discutir com o Conselho Escolar, Pais/Responsáveis e Professores o melhor horário e a metodologia para que aconteçam as reuniões bimestrais para que haja um número mais expressivo de participantes;
- Promover estudos dos pressupostos teóricos bem como os temas transversais;
- Realizar momentos de discussão com os alunos sobre as condições de saúde pública em seu bairro e tomadas de decisões;
- Promover oficinas com materiais recicláveis com os pais/responsáveis, alunos, funcionários e comunidade;
- Promover campanhas e palestras educativas com parceiros como DIVAL – PSF 09 – ADASA – SLU para pais/responsáveis, alunos professores e comunidade;
- Conscientizar e sensibilizar os pais/responsáveis e professores da necessidade de trabalhar os temas transversais com os alunos para formação do cidadão consciente.
- Promover quinzenalmente momentos de socialização com os professores, coordenação e supervisão pedagógica, OE, EEAA, Sala de Recursos, Direção, Merendeiras, funcionários de Juiz de Fora para uma melhor relação entre os profissionais;

- Oportunizar momentos de informação, escuta e tomada de decisões de maneira coletiva com os profissionais; 3- Buscar a valorização dos professores por meio de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos;
- Promover quinzenalmente momentos de prazer e descontração com os alunos com recreação como: gincanas, jogos de futebol, queimada e brincadeiras;
- Realizar visitas periódicas nas salas de aula para uma conversa informal com o intuito de ouvir os alunos nos seus desejos /anseios para uma melhor relação aluno X professor X família;
- Promover oficinas de brinquedos com materiais recicláveis com os alunos;

7. Concepções teóricas/ práticas e estratégias de avaliação

No cenário educacional brasileiro, o Ensino Fundamental constitui-se como eixo central das discussões voltadas para assegurar o direito à educação. A estrutura e organização dessa etapa da Educação Básica têm sido objeto de mudanças em busca de melhorias que promovam a qualidade social (DNC 2013 – Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010), entendida para além do acesso de estudantes à escola, assegurando, também, sua permanência no processo escolar, por meio da democratização de saberes e da formação integral rumo à emancipação, ou seja, qualidade que se configura como questão de Direitos Humanos. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) compreende que tal qualidade se consolida à medida que se garante o acesso, permanência e aprendizagens dos estudantes para que se insiram com dignidade no meio social, econômico e político da vida moderna.

Nesse sentido, a ampliação de Ensino Fundamental para nove anos que tornou obrigatório o ingresso da criança na escola, a partir dos seis anos de idade, estabelecida pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – Plano Nacional de Educação (PNE), acarretou a necessidade de reorganizar essa etapa escolar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que estabelecem o acolhimento de estudantes, na lógica de cuidar e educar, como forma de assegurar a aprendizagem de todos (DNC 2013 – Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010). A obrigatoriedade, nesse caso, implica diretamente a reorganização administrativa e pedagógica das unidades escolares e, por conseguinte, sua estrutura curricular que nessa secretaria compreende a organização escolar em ciclos e seriação.

. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), visando atender a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), implantou o Ensino Fundamental de nove anos, com o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), a partir de 2005, em unidades escolares vinculadas à atual Coordenação Regional de Ensino (CRE) de Ceilândia e, gradativamente, até o ano de 2008 em todas as demais CRE.

A avaliação formativa foi adotada como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica e suas respectivas modalidades e, neste caso, para o Ensino Fundamental, independentemente da organização escolar seriada ou em ciclos, e fundamenta-se na utilização de diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos na escola. A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progressos e continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes. Para que se sustente a avaliação formativa, o estímulo às práticas como autoavaliação para estudantes e demais profissionais da unidade escolar, bem como feedback constituem-se elementos imprescindíveis para tornar o processo avaliativo em um espaço-tempo das aprendizagens de todos no interior da escola (LIMA, 2012).

A proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer ação didática e pedagógica sustentada em eixos transversais do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF): Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.

Considerando a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe ainda eixos integradores: alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível. A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser desafiadora e provocadora levando em conta a construção dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados. Conselho de Classe preferencialmente participativo, análise das aprendizagens para reorganização da prática docente, formação continuada na escola, coordenação pedagógica como espaço e tempo de trabalho coletivo, entre

outros, constituem-se como aspectos fundamentais para essa construção. O ambiente educativo rico em recursos, materiais didáticos atrativos e diversificados, e situações problematizadoras que contemplem todas as áreas de conhecimento, disponibilizados aos estudantes, promove a reconstrução das aprendizagens por meio da ação investigativa e criadora.

Os objetivos do Ensino Fundamental seguem pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ressignificados pelas Diretrizes Pedagógicas desta Secretaria de Educação:

- Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade;

- Promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos;

- Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos histórico-geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos, e de princípios em que se fundamentam a sociedade brasileira, latino-americana e mundial;

- Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos étnicos e corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes;

- Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo infanto-juvenil.

Os estudantes do Ensino Fundamental assumem em seu percurso formativo a condição de sujeitos de direito e constroem, gradativamente, sua cidadania (DNC, 2013). Nessa etapa da vida, crianças de seis a dez anos são curiosas, questionadoras, sociáveis e dotadas de imaginação, movimento e desejo de aprender, sendo o lúdico bem peculiar dessa fase. Independentemente de sua condição de vida, buscam referências para formação de princípios a fim de enfrentar situações do cotidiano. Este é o momento em que a capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilita a estruturação de seu modo de pensar e agir no mundo, além da construção de sua autonomia e de sua

identidade. Ao promover experiências pessoais e coletivas com o objetivo da formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos, corresponsáveis por suas aprendizagens, a escola ressignifica o currículo articulando conteúdos com eixos transversais e integradores.

Cabe ressaltar a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores em consonância com uma práxis direcionada para uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. Portanto, a concepção de aprendizagem se amplia ao trabalhar de forma significativa o sistema de escrita (alfabetização), de forma articulada as práticas sociais de leitura e escrita (letramento), o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brinquedo (ludicidade). Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico no BIA e no 2º Bloco (4º e 5º anos) deve ser sustentada por uma didática que provoque pensamento, envolva por situações que favoreçam o aprender na interlocução com o outro, ressignificando a estética da aula e, conseqüentemente, o lugar do professor que articula ações para a emancipação dos estudantes.

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articulam-se em uma perspectiva de unidade, progressividade e espiralização, vinculados diretamente à função social. Cada área do conhecimento apresenta o desafio de promover a ampliação para aprendizagens contextuais, dialógicas e significativas em que o ponto de partida deve ser orientado por levantamento de conhecimentos prévios do grupo de estudantes com o qual o professor atua. Assim, a organização interna esta sustentada levando-se em consideração especificidades de cada área, no sentido de explicitar essencialidade à aprendizagem e promover o trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais e integradores do currículo em movimento.

Nesse sentido, os objetivos representam a possibilidade que o estudante tem de avançar em suas aprendizagens. Essa dinâmica está em consonância com a concepção de currículo integrado e de progressão continuada.

A organização curricular deve proporcionar discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-se a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica; uma educação para além da escola, que busque ensinar na perspectiva de instigar, provocar, seduzir o outro para o desejo de aprender, por meio

de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e a realidade dos estudantes.

Nessa ótica, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal se ancora na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural, considerando que o trabalho pedagógico apoia-se na prática social e por meio da mediação, da linguagem e da cultura, as aprendizagens ocorrerão na interação do sujeito com o meio e com os outros.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Todo o trabalho pedagógico da Escola Classe Bela Vista está centrado nas Orientações Pedagógicas, Currículo em Movimento e nas Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação do DF, contudo as decisões acerca do trabalho pedagógico da Escola são tomadas e decididas em consenso com a comunidade escolar.

No ano de 2013, muitas discussões, debates, palestras instrutivas, reuniões foram realizadas para a implantação dos ciclos de aprendizagem nas Escolas do Distrito Federal, nas quais a Escola foi ativa e participativa, contribuindo nas discussões com ideias e sugestões.

Implantar os ciclos de aprendizagem é uma forma de contemporizar a educação, reduzir a seleção, diminuir os índices de evasão, e de repetência, do fracasso escolar. A política dos ciclos apresenta em seu bojo um caráter educacional mais democrático, igualitário, onde todos a seu tempo chegam no mesmo patamar de aprendizagem. Os ciclos de aprendizagem é uma proposta de reorganização curricular que modifica a forma de ensinar e aprender na educação escolar. Entende-se que o conceito de ciclos de aprendizagem é mais que uma “desseriação” da escolaridade e a transformação de períodos escolares mais longos. Apresenta-se por ser, também, uma nova forma de organização do tempo escolar. Segundo Villas Boas (2010), os ciclos implicam construir uma escola descaracterizada da escola da seriação, onde há a fragmentação do trabalho pedagógico a avaliação é centrada em notas e na retenção no final de cada série, diferente dos ciclos se caracterizam “por ser uma experiência em que as mudanças no currículo, nos aspectos pedagógicos, na avaliação, na organização da escola oportunizam a formatação de um novo tipo de escola baseada na *lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de estudantes*” (STREMEL, 2012)

Os Ciclos de Aprendizagem estão relacionados com a necessidade de se pensar uma nova concepção de ensino com maior integração e articulação entre as fases do ensino fundamental, possibilitando uma inserção com melhor adequação pedagógica entre elas. Organizar o Ciclo de Aprendizagem nas Unidades Escolares, do 1º ao 5º ano, remete também a se pensar no trabalho pedagógico, sustentado na ação coletiva, com a finalidade de que todos aprendam. Desde 2004, quando foi implantado o Ensino Fundamental de 9 anos, com a promulgação da Lei 3.483/94, em 2006, por meio do Parecer nº 212/2006 e instituída pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal por meio da Portaria nº 4, de 12/01/2007, foi elaborado os princípios metodológicos da Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização.

Na estrutura do Bia, um dos princípios primórdios é o Ciclo de Aprendizagem, agora apenas se estendeu para os 4º e 5º anos os princípios do trabalho pedagógico do BIA, ou seja, trabalho pautado nos eixos integradores da alfabetização, letramentos e ludicidade. As estratégias que fundamentarão o fazer didático- pedagógico no cotidiano da escola serão: avaliação formativa, diagnóstica e processual; trabalho diversificado; reagrupamento intra e interclasse; projeto interventivo; formação

continuada e coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as Diretrizes Pedagógicas do BIA – 2012, entre outras ações didáticas e pedagógicas pensadas pelos profissionais da escola, com a finalidade de assegurar as aprendizagens. Nos Ciclos de Aprendizagem serão implantados, até o trabalho com as diferentes áreas do conhecimento devem considerar uma ação didática e pedagógica sustentada nos eixos estruturantes (cidadania, diversidade, sustentabilidade e aprendizagens) e nos eixos integradores (alfabetização, letramentos e ludicidade), de forma interdisciplinar e contextualizada, ou seja, fazendo a articulação entre os componentes, sem desconsiderar as especificidades de cada um, indo ao encontro do que é significativo para o estudante.

A retenção será admitida ao final Bloco I (3º ano) e do Bloco II (5º ano) em situações excepcionais e justificada pela escola com a realização de Conselho de Classe (professores, equipes de apoio, gestores) e registros sistematizados ao longo do processo que evidenciem as estratégias adotadas pelo professor para atender às necessidades de aprendizagens do aluno.

A coordenação pedagógica, realizada na Unidade Escolar, deve privilegiar o planejamento coletivo entre os professores dos diferentes momentos dos ciclos, oportunizando a troca de experiências, o enriquecimento das ideias, a criatividade e os olhares diferentes para a realidade do cotidiano das turmas das instituições educacionais e de suas comunidades. As coordenações pedagógicas, nessa perspectiva, permitem o planejar como ato coletivo, interativo, com a articulação e o envolvimento dos profissionais da educação por um objetivo comum: as aprendizagens de todos.

A Escola Classe Bela Vista entende que a organização em ciclos é de suma importância para uma educação de sucesso, pois, todo o trabalho pedagógico está voltado para as necessidades de aprendizagem do estudante, onde há a garantia de um processo contínuo de aprendizagem sem a ruptura que acontece na seriação. Há no ciclo uma dinâmica de aprendizagem que precisa ser contínua e interativa entre seus pares, que atende assim as múltiplas e diversas necessidades educacionais dos alunos.

Em reunião com toda a comunidade escolar no dia 13 (treze) de dezembro de dois mil e treze (2013), em consenso com a maioria dos participantes foi resolvido em

comum acordo à adesão da implantação do bloco do segundo ciclo de aprendizagem para o ano letivo de 2014, conforme Livro Ata, lavrada no livro de Atas-Registros Gerais, as páginas 87/88v .Passando assim a Escola Classe Bela Vista a modalidades de ensino dentro das premissas dos Ciclos de Aprendizagem sob orientação didática/pedagógica da Secretaria de Educação do DF.

A escola oferta à comunidade as seguintes etapas de ensino:

- Primeiro Ciclo: Educação Infantil:
 - 4 anos: 1º período
 - 5 anos: 2º período
- Segundo Ciclo (Ensino fundamental I)
 - Bloco I: Bia-1º, 2º, 3ºanos
 - Bloco II: 4º e 5º anos

Dentre dessas etapas, é ofertado a Integração Inversa e Classe Especial.

9. Conselho Escolar Participativo (estratégia de avaliação)

Outra descentralização da direção será a participação do Conselho Escolar no Conselho de Classe que acontece ao findar o bimestre. O Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista. É uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que

está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno. No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores, organização escolar e familiar. E requer que os alunos estejam sendo constantemente observados pelos professores e demais especialistas que compõem os profissionais da instituição de ensino como: orientador educacional, equipe especializada de apoio à aprendizagem, professor da sala de recursos, coordenação e supervisão pedagógica, secretaria da escolar e direção. Para isso. A avaliação deve ser cotidiana, pois todo o dia, toda a semana, até o final do semestre ou ano, cada aluno deve estar sendo percebido pelos professores que trabalham com ele. Ao observar, diagnosticar e registrar, saberes estão sendo extraídos sobre cada aluno de forma a enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria de desenvolvimento que define alvos a serem alcançados por todos. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares. E em discussão com todos os profissionais ficou decidido que a cada bimestre será encaminhado um comunicado aos pais e/ou responsável legal para participação do Conselho de Classe e, será realizado no final de cada bimestre, destinando um dia para cada segmento com dispensa dos alunos, cronograma discutido com todos:

BIMESTRE	INÍCIO/TÉRMINO BIMESTRE	CONSELHO DE CLASSE
1º BIMESTRE	23 de abril a 02/05 de abril	24/04 - Educação Infantil; 23/04 - 1º ano; 25/04 - 2º ano; 26/04 - 3º ano; 27/04 - 4º ano; 02/05 - 5º ano.

2º BIMESTRE	30 de julho a 06 de agosto	06/08 - Educação Infantil; 03/08 - 1º ano; 02/08 - 2º ano; 01/08 - 3º ano; 31/07- 4º ano; 30/07 - 5º ano.
3º BIMESTRE	01 de outubro a 06 de outubro	06/10 - Educação Infantil; 04/10 - 1º ano; 05/10 - 2º ano; 01/10 - 3º ano; 02/10 - 4º ano; 03/10 - 5º ano.
4º BIMESTRE	03 de dezembro a 10 de dezembro	10/12 - Educação Infantil; 06/12 - 1º ano; 07/12 - 2º ano; 05/12 - 3º ano; 03/12 - 4º ano; 04/12 - 5º ano.

... “O Conselho de Classe deve oferecer possibilidades de um juízo sobre a evolução do processo educativo na pessoa do aluno, através da análise de suas manifestações de comportamento. “(Marques, 1992)

O Conselho de Classe realizado nas escolas, sempre foi motivo de inquietação, pois somente professores reuniam-se para discutir o processo educativo, como detentores do saber. Dessa forma, havia bastante resistência e descrédito, até mesmo pelos próprios professores que o realizavam. Alguns chegavam a referir-se a este momento, como sendo um momento de catarse, em que se dividiam os problemas e, conseqüentemente, não se encontravam culpados, ou a vítima era sempre o aluno e a família, excluindo-se qualquer responsabilidade ao professor ou à escola.

Neste contexto, os professores atendiam com mais eficiência à dimensão instituída, os alunos ideais, deixando de cumprir seu papel dentro da escola pública, quando teriam a função de atender a todos e a cada um particularmente. Poucos são

os professores que conheciam seus alunos e contextualizavam seu modo de vida. Os demais se queixavam que não conseguiam fazê-lo.

Para se conseguirmos uma visão da evolução da aprendizagem e do processo é necessário que, no mínimo, os dois principais envolvidos se façam presentes para, num confronto de ideias, avaliar com clareza a caminhada e estabelecer a forma correta de retomá-la. Mas se o aluno, na verdade, passa a maior parte do tempo fora da escola, para que tenhamos continuidade, é preciso que os pais sejam conhecedores da situação e participem diretamente na avaliação e na construção de metas para a solução dos problemas encontrados. Só assim poderão acompanhar os filhos nas tarefas escolares do dia-a-dia.

É importante a participação dos pais não só no momento do conselho, mas em todas as ações que a escola desenvolve. Assim, é necessário verificar a real validade dos Conselhos de Classe, como forma de redefinir sua elaboração, execução e avaliação.

Sob esta perspectiva, o Conselho de Classe da escola acontece através de um trabalho colaborativo entre os sujeitos que compõem o espaço escolar, para que este se transforme em um espaço importante de avaliação constante que deve abranger todos os segmentos da organização escolar (atuação dos professores, equipe diretiva, desempenho docente e discente, envolvimento dos pais, conteúdos, recursos...).

Este trabalho investigativo/transformador prevê a participação dos pais, dos alunos e dos docentes na definição da avaliação, análise dos resultados, problemas levantados e metas de solução a serem seguidas. Todos devem estar comprometidos com a qualidade educacional, como responsáveis por resultados, fracassos e recursos de aprendizagem.

O Conselho de Classe, então, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto Político Pedagógico.

“Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos.” (PENIN, 1992, p 90).

Dentre as funções da escola, cabe desenvolver um processo de inovação. É preciso que acompanhem a modificação atual através de uma educação reflexiva e participativa, em que a observação, reflexão, ação, possam transformar a estruturação do Conselho de Classe hoje apresentado às escolas. Neste sentido, para atender à função social, da escola utiliza-se esta modalidade de Conselho de Classe, em que se consta de forma comum as dificuldades no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, no qual, através do diálogo, as pessoas se auxiliam para agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, visando a alcançar maior sucesso educacional e conseqüentemente transformação dos envolvidos no processo.

O trabalho educativo tem se mostrado desafiador quando desejamos trabalhar numa perspectiva de transformação. Uma educação voltada para uma ação/reflexão/ação e para a educação, destacando o Conselho de Classe Participativo, como estratégia para uma maior qualidade no processo educacional, abrindo-se espaços para que o diálogo em relação à aprendizagem aconteça entre pais, alunos e professores.

De acordo com Demo (1992, p10):

...no mundo moderno a educação em sentido amplo de capacidade de aprender a aprender e de constantemente reciclar-se, tende a ser o patrimônio mais estratégico da pessoa e da sociedade, principalmente em termos de oportunidade de desenvolvimento.

Neste sentido, no âmbito escolar, os conselhos de Classe são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional.

Para Sant'Ana (1995: p. 87-88) , A avaliação escolar e os Conselhos de Classe são elementos para a imprescindível mudança na luta pela democratização do espaço escolar. Precisamos de uma escola comprometida com os reais interesses da população, ou seja, que promova seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, o compromisso com a aprendizagem, o respeito às diferenças individuais, fortalecendo a igualdade de direitos e de condições à justiça, à liberdade, ao diálogo e, portanto, à democracia. Cremos que uma escola engajada na comunidade oportunizará a formação de um sujeito crítico e consciente para enfrentar os desafios

que a vida lhe apresentará, contribuindo para a construção de um novo conhecimento, repensando a prática institucionalizada, com o dever de contribuir para um ensino de qualidade.

A transformação da educação escolar só será realizada por sujeitos auto reflexivos, esclarecidos e conscientes do seu papel social. Deste modo, refletindo sobre a validade dos atuais Conselhos de Classes, contribuiremos para que esse momento seja transformador, via investigação/dialógica com o objetivo de atender à função social a que se destina a escola.

Os diálogos desencadeados no Conselho de Classe Participativo farão com que os pais, alunos e professores conheçam a escola, o seu fazer pedagógico e encontrem novos caminhos para atingirem seus objetivos.

Paulo Freire nos diz: “A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”. (p.65). Dessa forma, conhecer e avaliar profundamente a prática da escola, a história de vida do aluno, a ética, a política do professor, o comprometimento dos pais, a articulação da equipe diretiva, a metodologia e o currículo, para poder nela investir, torna-se uma exigência para o avanço do projeto de redemocratização de nossa sociedade.

Essa consciência histórica gera compromisso, faz-nos agentes de nossa história. Os educadores que acreditam numa educação transformadora, se comprometem e modificam as estruturas escolares, da qual o Conselho de Classe faz parte.

O Conselho de Classe permite uma compreensão e uma análise crítica da prática pedagógica através de uma concepção participativa e transformadora. Se atualmente revela rotina, repetição, ritualismo, fragmentação, conservadorismo nas relações e práticas pedagógicas/sociais, de forma participativa revelará buscas, questionamentos, atitudes e soluções que surgirão em resposta aos desafios de uma investigação-ação.

O Conselho de Classe é importante para uma análise do ensino desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, pois propicia: uma avaliação qualitativa e integral; riqueza da diversidade de análise, olhares de diversos atores da comunidade escolar; análise de diferentes tipos de registros do acompanhamento da aprendizagem dos alunos; discussão das dificuldades de aprendizagem; planejamento das intervenções para superar as dificuldades; socialização do que está dando certo e do que não deu certo.

O principal objetivo do conselho é avaliar o aluno de forma integral, por meio de diferentes olhares.

O Conselho de Classe não pode ser um momento isolado do processo da escola, nem ser o único espaço de discussão coletiva. É momento de síntese que precisa ser coerente com a proposta pedagógica que está sendo desenvolvida. Por isso, deve ter como foco a escola como um todo.

Nessa discussão coletiva registra-se como documento a análise do processo de aprendizagem do aluno, como ponto de partida para retomadas, e as intervenções que se fizerem necessárias. Por entender a importância da discussão coletiva a Escola fará essa discussão por segmento durante todo o turno de trabalho, em um dia pré-determinado para o Conselho de Classe. Onde cada professor estará expondo todo o seu trabalho pedagógico que desenvolvem durante o bimestre, as dificuldades, avanços de todos os alunos.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo é o eixo norteador do fazer pedagógico, é a dinâmica dos conteúdos que, move toda a práxis da escola, nele está centrado todo o conhecimento cultural, científico, leigo que se faz necessário para a formação dos estudantes. O currículo em movimento traz em sua essência a educação integral, ou seja, a perspectiva da formação do ser multidimensional, com história, identidade única, peculiar apenas a ele, um ser único, prevê a formação em inteireza, com toda sua complexidade de ser

humano, para que isso se dê de fato, o currículo em movimento propõe um currículo integrado nas suas diversas áreas do conhecimento, como: sustentabilidade ambiental, direitos humanos, respeito, valorização das diferenças e as complexas relações entre a escola e a sociedade. Fortalecendo assim os Ciclos de aprendizagem, pois, atenua a descontinuidade e fragmentação dos processos formativos, garantindo um tempo maior de aprendizagem para os estudantes desenvolver a educação para a diversidade, para os direitos humanos, para a cidadania, para a sustentabilidade e os eixos transversais do currículo. (Currículo em movimento, pág.14).

Os princípios da Educação Integral são:

- Integralidade: prevê a formação integral do aluno, em todas as dimensões humanas, em todos os aspectos, cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, acontecendo em todas as fases da vida, pois, estão aprendendo a todo o momento, visando o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.
- Intersetorialização: a educação integral deve perpassar em todas as políticas públicas de diferentes campos, projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos deverão estar integrados e articulados entre si, para potencializar a educação.
- Transversalidade: tem uma concepção interdisciplinar de conhecimentos, vinculando aprendizagem/conhecimento aos interesses e aos problemas reais da comunidade e de seus educandos.
- Territorialidade: sair da redoma da escola, pois, fora da escola, há um laboratório de aprendizagem, buscando parcerias com empresas, sociedade civil, projetos socioeducativos.
- Trabalho em rede: troca de experiências de todos com todos, é trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações em toda a rede.

Os temas transversais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. A ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural não são disciplinas autônomas, mas temas que permeiam todas as áreas do conhecimento, Os Temas Transversais caracterizam-se por um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados em

áreas determinadas do currículo, que se constituem na necessidade de um trabalho mais significativo e expressivo de temáticas sociais na escola.

Os temas transversais atuam como eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas aulas. O que importa é que os alunos possam construir significados e conferir sentido àquilo que aprendem.

O papel da escola ao trabalhar Temas transversais é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a Educação realmente constitua o meio de transformação social.

A EC. Bela Vista desde 2010 trabalha os conteúdos do currículo de forma interdisciplinar, dentro de uma unidade temática, onde no começo de cada mês há uma reunião coletiva, que em consenso há a definição dos temas do mês, que são de interesse do alunado e necessidades da comunidade.

▪ **Infantil e Ensino Fundamental:**

Buscamos trabalhar com unidades temáticas dentro de uma perspectiva que leve o aluno a olhar o próprio momento, extraíndo dele os seus ensinamentos. Com projetos e pesquisas interdisciplinares criam-se oportunidades de trazer contemporaneidade para a vida dos participantes e pelo compartilhamento das experiências realiza-se a democratização do conhecimento; levando toda a comunidade da Escola à percepção e criação de uma realidade cultural apropriada por seus participantes, instaurando a socialização por meio do diálogo, da convivência participativa e de construção coletiva.

▪ **Ensino Especial**

Fazem-se necessárias as adequações curriculares para atuar frente às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, levando em considerações as peculiaridades dos alunos com as necessidades especiais, para que estes possam ter um ensino de qualidade.

A inclusão na escola é o processo pelo qual esta se adapta e se transforma para poder inserir em suas classes do ensino regular crianças e jovens com necessidades educacionais especiais que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

Participa-se também do processo do aluno incluído ou do Ensino Especial com estudos de caso, uma atividade conjunta com o docente, Equipe de Apoio Aprendizagem e Escola, que tem como objetivo avaliar, encaminhar e dar o direcionamento para o ano letivo subsequente, que favorecem a realização da Estratégia de Matrículas destes alunos citados. (Incluídos e Exercício Especial).

Espera-se que ao saírem da Escola Classe Bela Vista, os alunos tenham conquistado uma imagem positiva de si e autoconfiança. Seja capaz a de enfrentar situações de conflito e dar soluções a elas, utilizando atitude de respeito às diferenças, cooperação e solidariedade.

11. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1-Realizar atividades diversificadas com os alunos: gincanas, brincadeiras;</p> <p>2- Oferecer aulas de reforço no contra turno;</p> <p>3- Sensibilizar os pais/responsáveis sobre a participação na vida escolar de seus filhos: apresentar as medidas pertinentes aos pais/responsáveis – ECA Artg: 29 (pag. 87);</p> <p>4- Buscar parcerias com o Conselho Tutelar com palestras aos pais/responsáveis;</p> <p>5- Encaminhar a relação dos alunos faltosos, com os respectivos dados e problemas específicos enfrentados pela escola ao Conselho Tutelar;</p>	<p>Reduzir ao final de 2019 em 50%, os índices de evasão e repetência nos anos iniciais do ensino fundamental (de nove anos), sendo 2017 -15%; 2018-25%; 2019-10%.</p>	<p>1-Planejar quinzenalmente nas coordenações coletivas atividades de recreação com os professores do 1º ciclo: Educação Infantil e 2º ciclo: bloco I – BIA e bloco II – 4º e 5º ano, para ser trabalhadas a cada 15 dias no pátio interno/externo da escola. Para as crianças sentirem mais prazer pela escola.</p> <p>2-O atendimento individual será realizado com base nos insucessos de aprendizagem de cada aluno. Informado pelo professor no contra turno.</p> <p>3-Reuniões periódicas com pais ou responsáveis envolvendo os professores, Orientador Educacional, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Coordenação, Direção para sensibilizá-los do elo entre família x escola, para obter resultados favoráveis.</p> <p>4-Promover reuniões e encaminhar os dados dos alunos com faltas excessivas ao Conselho Tutelar, pois além de ter baixo rendimento escolar, poderá retê-lo no ano.</p>	<p>A avaliação das ações acontecerá quinzenalmente nas Coordenações Coletivas e com os envolvidos. Se necessário for, encaminhar ao Serviço de Orientação Educacional os casos emergenciais.</p>	<p>Professores, Orientador Educacional, Coordenação, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Secretaria Escolar e Direção.</p>	<p>Fevereiro à Dezembro</p>

B – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1- Promover quinzenalmente, nas Coordenações Coletivas, a Formação Continuada aos Professores nas etapas que a Escola oferta;</p> <p>2- Realizar atividades diversificadas aos alunos com insucessos de aprendizagem;</p> <p>3- Promover rodas de discussão entre Professores, Direção, Conselho Escolar; Orientador Educacional, Profissionais do Serviço de Apoio à Aprendizagem, Professor da Sala de Recursos e Coordenadores para buscar soluções quanto à aprendizagem dos alunos;</p> <p>4- Sensibilizar os professores a se aperfeiçoarem por meio de Formação Continuada promovida pela EAPE – Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação do GDF;</p>	<p>Reduzir em 50% os índices de aprovação acima da idade apropriada (APAIA) dos alunos de 3º e 5º ano do ensino fundamental (de nove anos) na Escola Classe Bela Vista, 2017-20%, 2018-20%, 2019-10%.</p>	<p>1-Leitura e discussão de textos pertinentes a melhoria do desempenho escolar dos alunos.</p> <p>2-Ter uma maior atenção aos alunos com insucessos de aprendizagem para que o mesmo possa acompanhar a turma e os objetivos propostos que o professor pretende alcançar no final da aula ou da unidade.</p> <p>3-Nas Coordenações Coletivas discutir e buscar possíveis soluções quanto ao desempenho dos alunos nas atividades de classe e extraclasse e sua relação com os colegas.</p> <p>4-No início do segundo semestre do ano letivo, informar aos professores os cursos oferecidos pela EAPE () para melhorar as aulas e conseqüentemente o desempenho dos alunos em sala.</p>	<p>Acontecerá bimestralmente nos Conselhos de Classe e, se caso for necessário, poderá acontecer fora do cronograma.</p>	<p>Orientador Educacional, Coordenação e Direção.</p>	<p>Após a 1ª diagnose dos alunos até o término do ano letivo.</p>

Movimento Escolar do Ensino Fundamental da Escola Classe Bela Vista – 2017

Variáveis	MT	MI	MF	Aprovação		AP	R	Transferência	
				APIA	APAIA			TE	TR
1^{os} Períodos	-	112	107	107	-	107	-	18	13
2^{os} Períodos	-	193	199	199	-	199	-	22	28
1^{os} Anos	-	140	131	125	06	124	07	20	11
2^{os} Anos	-	148	144	141	03	139	05	08	04
3^{os} Anos	-	166	142	122	20	118	24	26	02
4^{os} Anos	-	153	153	152	01	152	01	08	08
5^{os} Anos	-	150	134	122	12	121	13	17	01
Ens. Esp.	-	01	01	01	-	01	-	-	-
Total	-	1063	1011	969	42	961	50	119	67

FONTE: Dados da Secretaria Geral da Escola Classe Bela Vista

C – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1- Buscar parcerias com o Ministério Público, Administração Regional, Coordenação Regional de Ensino sobre os direitos e deveres da comunidade escolar;</p> <p>2- Fortalecer o Conselho Escolar conscientizando os pais/responsáveis a participação na vida escolar dos filhos;</p> <p>3- Discutir com o Conselho Escolar, Pais/Responsáveis e Professores o melhor horário e a metodologia para que aconteça as reuniões bimestrais para que haja um número mais expressivo de participantes;</p>	<p>Elevar em 60% até 2018, os índices de participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos, seja em reuniões bimestrais, conselho de classe, quando ou não convocados.</p>	<p>1- Promover palestras sobre temas de grande relevância, sobre os problemas enfrentados na comunidade: Violência Doméstica, Pedofilia, dentre outros,</p> <p>2- Esclarecer nas reuniões bimestrais as obrigações de cada segmento FAMÍLIA X ESCOLA / EDUCAR X ENSINAR;</p> <p>3- Realizar reuniões aos sábados e na oportunidade expor os trabalhos dos alunos;</p>	<p>Com base na lista do numero de participantes (pais/responsáveis) as palestras, cursos e reuniões de pais e ou responsáveis.</p>	<p>Orientador Educacional, Coordenação e Direção.</p>	<p>De fevereiro à dezembro.</p>

Nos anos anteriores as reuniões de pais/responsáveis aconteciam às sextas-feiras, no horário de aula, onde o índice de comparecimento não chegava a 15% nas listas de presença. Neste ano após encaminhar aos pais/responsáveis questionários do desejo que as reuniões acontecessem, foram uma média 85% preferiam aos sábados, e diante desse pedido, realizamos neste 1º bimestre ao sábado e, constatamos um alto índice no comparecimento à reunião escolar. Ver quadro abaixo:

Educação Infantil	Turma de 26 alunos, 14 pais/responsáveis compareceram.
1 ^{os} Anos	Turma de 26 alunos, 16 pais/responsáveis compareceram.
2 ^{os} Anos	Turma de 27 alunos, 14 pais/responsáveis compareceram.
3 ^{os} Anos	Turma de 30 alunos, 14 pais/responsáveis compareceram.
4 ^{os} Anos	Turma de 31 alunos, 13 pais/responsáveis compareceram.
5 ^{os} Anos	Turma de 31 alunos, 16 pais/responsáveis compareceram.
Ensino Especial	Turma de 1 aluno, 1 pais/responsáveis comparececeu.

D – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1- Promover estudos dos pressupostos teóricos bem como os temas transversais;</p> <p>2- Realizar momentos de discussão com os alunos sobre as condições de saúde pública em seu bairro e tomadas de decisões;</p> <p>3- Promover oficinas com materiais recicláveis com os pais/responsáveis, alunos, funcionários e comunidade;</p> <p>4- Promover campanhas e palestras educativas com parceiros como DIVAL – PSF 09 – ADASA – SLU para pais/responsáveis, alunos professores e comunidade;</p> <p>5- Conscientizar e sensibilizar os pais/responsáveis e professores da necessidade de trabalhar os temas transversais com os alunos para formação do cidadão consciente.</p>	<p>Diminuir os altos índices de casos de dengue, acúmulo de lixo nas ruas da comunidade e o desperdício de água e sua contaminação, com formação crítica e reflexiva do pais/responsáveis e estudantes.</p>	<p>1-Os estudos pressupostos teóricos e de temas transversais acontecerá nas coordenações coletivas de acordo com os temas de grande relevância para o bem estar da comunidade;</p> <p>2-Promover passeios com os alunos no bairro em que a escola esta inserida, para a conscientização da população sobre o uso consciente da agua e dos dias da coleta do lixo, para a não propagação de insetos e proliferação do mosquito da dengue;</p> <p>3-Confecção de folders, panfletos e cartazes sobre o assunto abordado.</p>	<p>Será realizada em sala de aula observando a mudança de hábitos dos alunos e familiares.</p>	<p>Professores, Orientador Educacional, Coordenação e Direção.</p>	<p>Março à dezembro.</p>

De acordo com dados da Secretaria de Saúde do GDF, os casos de Dengue tiveram um aumento assustador com relação aos anos anteriores em São Sebastião, e ao observarmos, a cidade encontra-se com bastante lixo jogado pelas ruas, principalmente aos arredores da escola, onde os moradores depositam lixo próximo a escola nos lotes baldios. A Administração Regional não atende nossos pedidos de limpeza, nas calçadas o mato toma conta do passeio, onde nossos alunos e seus pais disputam espaço nas ruas com os automóveis. Outro fator próximo a escola tem o Terminal de Transporte Coletivo que libera dejetos de óleos misturados com água do terminal, consequentemente contaminando os rios e córregos. Para completar já solicitamos da Coordenação Regional de Ensino recolher os materiais como cadeiras, mesas e outros objetos encostados próximos as salas de aulas, atraindo insetos, ratos e baratas para as dependências da escola.

E – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1- Promover quinzenalmente momentos de socialização com os professores, coordenação e supervisão pedagógica, OE, SEAA, Sala de Recursos, Direção, Merendeiras, funcionários de Juiz de Fora para uma melhor relação entre os profissionais;</p> <p>2- Oportunizar momentos de informação, escuta e tomada de decisões de maneira coletiva com os profissionais;</p> <p>3- Buscar a valorização dos professores por meio de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos;</p>	<p>Estimular a permanência e estabelecer o sentimento de pertencimento dos professores efetivos, reduzindo em 50% o quadro de professores temporários dos turnos matutino e vespertino.</p>	<p>1- Durante os bimestres promover dinâmicas em grupo com os profissionais dos dois turnos para maior entrosamento, proporcionar nas reuniões coletivas lanches e se possível almoço;</p> <p>2- Nas reuniões coletivas ou extraordinárias, a gestão escolar deve ouvir as críticas oportunizando a maior participação e expressão dos professores, acolhendo de maneira agradável as sugestões, mesmo que seja diferente do que gestão desejava;</p> <p>3- Elogiar e reconhecer os pontos positivos compartilhando com os demais e ajudando-os quando necessário, sem colocar obstáculos na solução dos problemas;</p>	<p>Observando o comprometimento nas atividades promovidas pela escola, a preocupação no desempenho dos alunos na aprendizagem e a não participação no remanejamento.</p>	<p>Coordenação, Serviço de Orientação Educacional e Direção.</p>	<p>Fevereiro à dezembro.</p>

Percebemos que a maioria dos profissionais não se consideram pertencentes à escola, devido a rotatividade permitida a cada ano letivo pela SEEDF, dos professores participarem do processo de remanejamento. Atualmente na Escola Classe Bela Vista, funciona 23 salas de aula no turno matutino, sendo que 15 professores são temporários, num percentual de 65,2%; Já no turno vespertino funcionam 23 salas de aula, sendo que 21 professores são temporários, num percentual de 95,65%. Por isso quando se inicia um trabalho no ano letivo, não há continuidade para o ano seguinte, pois muitos não farão parte do grupo. E com isso o PPP – Projeto Político Pedagógico da escola fica fragmentado.

F – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>1- Promover quinzenalmente momentos de prazer e descontração com os alunos com recreação como: gincanas, jogos de futebol, queimada e brincadeiras;</p> <p>2- Realizar visitas periódicas nas salas de aula para uma conversa informal com o intuito de ouvir os alunos nos seus desejos /anseios para uma melhor relação aluno X professor X família;</p> <p>3- Promover oficinas de brinquedos com materiais recicláveis com os alunos;</p>	<p>Elaborar atividades de recreação para diminuir os índices de conflitos escolares e de indisciplina em sala de aula visando também o desenvolvimento integral dos estudantes.</p>	<p>1- Brincadeiras dirigidas promovidas por um grupo de professores e demais funcionários no pátio: cantigas de roda, peteca, queimada, futebol dama, xadrez, bambolê, ping-pong, dentre outras;</p> <p>2- Conversa informal feita pela equipe gestora;</p> <p>3- confecção de jogos e brinquedos com material reciclável desenvolvido pelos docentes ao final de cada semestre, com os alunos como: vai e vem, bilboquê, peteca, quebra cabeça e outros;</p> <p>4- Promover passeios visando proporcionar novas vivências como: zoológico, cinemas, CCBB, Memorial JK, Banco Central, TUR Brasília, dentre outros;</p>	<p>Observando a mudança de comportamento das crianças em relação ao próximo.</p>	<p>Professores, Coordenação, Serviço de Orientação Educacional e Direção.</p>	<p>Maço à dezembro.</p>

Gestão escolar

A gestão escolar deve ser compartilhada entre direção, corpo docente, servidores e comunidade.

As decisões devem ser discutidas e decididas coletivamente, através da participação de todos os atores envolvidos que buscam alcançar as metas para um melhor crescimento do corpo discente que deve estar no centro da discussão.

A partir das discussões a equipe gestora deve colocar as decisões em prática, delegando funções, ou seja, descentralizando as ações. Mas será em vão discutir e decidir ações se as mesmas não forem executadas e acompanhadas com êxito por todos os envolvidos na rotina escolar.

Diante disso, devem-se discutir as necessidades que tem como objetivo buscar soluções eficazes, no intuito, de reverter o índice de evasão e repetência melhorando a qualificação da escola.

Nesse sentido tornar-se necessário atender as reais necessidades da comunidade escolar, visando alcançar mudanças que impactem positivamente no ambiente escolar e social.

Há necessidade de uma descentralização de decisões para que as decisões não sejam tomadas individualmente, pois o que ocorre atualmente é a centralização dessas não abrangendo os demais segmentos.

Diante desses fatores, houve a necessidade de sensibilizar todos os servidores, alunos e pais ou responsável legal para eleição do Conselho Escolar que até então não existia desde 2014. O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representado por professores, pais ou responsável legal, alunos e demais funcionários da Unidade Escolar e a Direção, com função deliberativa e direcionada à defesa dos interesses dos educandos da Escola Classe Bela Vista. Portanto todos os assuntos de escola podem, e devem ser discutidos no Conselho, desde aqueles aparentemente corriqueiros, passando pela organização e o funcionamento da escola, até a aprovação e avaliação do Projeto Político Pedagógico. O Conselho Escolar possui várias funções: Consultiva, de aconselhar e emitir opiniões; Deliberativa, de examinar uma situação concreta a uma decisão pedagógica, administrativa ou financeira; Fiscalizadora, de acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras; Mobilizadora, de promover, estimular e articular a participação de todos para efetivação da democracia e qualidade social da educação;

Executora, de recebimento e movimentação dos recursos públicos destinados a unidade escolar. “O gestor possui uma importância muito grande nesse processo, constituindo-se em uma liderança que provoca nas pessoas envolvidas a lembrança de que é da autonomia das pessoas que dependem a autonomia das instituições e dos projetos. No entanto, o gestor não é o único responsável pelo processo, mas devido ao lugar que ocupa na escola, possui mais mobilidade para convidar pessoas e garantir espaços onde os encontros podem acontecer.” – Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Informamos que, a realização da eleição para a escolha dos componentes do Conselho escolar dos segmentos pais, responsável legal; estudantes, carreira de magistério e carreira de assistência à educação que aconteceu no dia 14 de maio de 2014, com uma participação de votantes, tendo como eleitos:

Unidade Escolar ESCOLA CLASSE BELA VISTA		
CONSELHO ESCOLAR ELEITO		
Segmento	Nº Conselheiros previsto	Conselheiros Eleitos
Carreira Magistério		1. Jair dos Santos Luiz 2. Janaína de Jesus
Carreira Assistência		1. Elaine Braga Marques 2. Emília Chamma Liutkeviciene
Pais/ Mães/ Responsáveis		1. Rosilene Ferreira da Silva 2. Clebiane Teixeira de Brito Alves
Estudantes		1. Amanda Alves de Souza Almeida 2. Eduardo Reis Nascimento

Responsável pela informação (nome/matricula): Comissão Eleitoral Local

- 1- Fernandes Martins Pereira, matrícula 212737-7
- 2- Patrícia Fernanda Burmann da Rosaq, matrícula 601443-43

O Conselho Escolar foi destituído devido à direção de gestão democrática, onde os conselhos eleitos na carreira de magistério se tornaram gestores da Unidade Escolar, e os demais já não fazem parte do quadro de servidores da Escola Classe Bela Vista. Portanto, não há número mínimo de participantes/membros do Conselho Escolar. Uma nova eleição aconteceu no dia 21 de junho de 2017.

Unidade Escolar ESCOLA CLASSE BELA VISTA		
CONSELHO ESCOLAR ELEITO		
Segmento	Nº Conselheiros previsto	Conselheiros Eleitos
Carreira Magistério		1. Janaína de Jesus 2. Fernandes Martins Pereira
Carreira Assistência		1. Andreia Siqueira Cabral 2. Hércules Ramon Oliveira Conceição 3. Neiva Maria da Cunha
Pais/ Mães/ Responsáveis		1. Elisangela Cordeiro dos Santos da Silva 2. Lucilene da Silva da Oliveira Fonseca 3. Ana Maria Rodrigues Marques
Estudantes		

A gestão administrativa e pedagógica é exercida de forma democrática, com a participação de uma equipe técnica pedagógica administrativa, privilegiando o trabalho de equipe buscando atender as necessidades da comunidade escolar como um todo.

A equipe que integra o quadro da Escola Classe Bela Vista tem a responsabilidade de atingir os objetivos propostos com a maior transparência e comprometimento com a causa educacional. Portanto o processo ensino-aprendizagem fica perfeitamente delineado como um trabalho de equipe integrado onde todos falam a mesma linguagem contando com a participação de toda a comunidade escolar.

“Uma escola democrática para uma sociedade democrática adota processos de gestão também democrática. Não esquecendo nunca de que não existe democracia nem liberdade sem responsabilidade e comprometimento”. A gestão administrativa conta com a participação da equipe de direção e coordenação, conferindo-lhe a importância que têm na condução do processo educacional.

A gestão pedagógica é participativa, promove quatro encontros anuais com os pais, professores, coordenadores e direção, para discutir as tendências pedagógicas atuais e metas, procurando o consenso entre atender aos interesses da comunidade e buscar inovações, envolvendo e integrando as famílias ao processo educacional.

A Escola Classe Bela Vista zela pela transparência na administração dos recursos financeiros. Por este motivo, além da criação das comissões de compra e recebimento dos recursos destinados a escola, fará prestações de conta semestralmente a toda comunidade escolar.

Todo o corpo administrativo e pedagógico da Escola Classe Bela Vista desenvolve habilidades de gestão, competências técnicas e interpessoais para atuar de forma condizente com os princípios e valores estéticos e políticos que inspiram a proposta pedagógica.

A equipe gestora é composta pelo diretor, vice-diretora, supervisão pedagógica e administrativa, e secretaria.

Conselho de Classe

Outra descentralização da direção será a participação do Conselho Escolar que acontece ao findar o bimestre. O Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista. É uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno. No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores, organização escolar e familiar. E requer que os alunos estejam sendo constantemente observados pelos professores e demais especialistas que compõem os profissionais da instituição de ensino como: orientador educacional, equipe especializada de apoio à aprendizagem, professor da sala de recursos, coordenação e supervisão pedagógica, secretaria da escolar e direção. Para isso. A avaliação deve ser cotidiana, pois todo o dia, toda a semana, até o final do semestre ou ano, cada aluno deve estar sendo percebido pelos professores

que trabalham com ele. Ao observar, diagnosticar e registrar, saberes estão sendo extraídos sobre cada aluno de forma a enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria de desenvolvimento que define alvos a serem alcançados por todos. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares. E em discussão com todos os profissionais ficou decidido que a cada bimestre será encaminhado um comunicado aos pais e/ou responsável legal para participação do Conselho de Classe e, será realizado no final de cada bimestre, destinando um dia para cada segmento com dispensa dos alunos, cronograma discutido com todos:

BIMESTRE	INÍCIO/TÉRMINO BIMESTRE	CONSELHO DE CLASSE
1º BIMESTRE	23 de abril a 02/05 de abril	24/04 - Educação Infantil; 23/04 - 1º ano; 25/04 - 2º ano; 26/04 - 3º ano; 27/04 - 4º ano; 02/05 - 5º ano.
2º BIMESTRE	30 de julho a 06 de agosto	06/08 - Educação Infantil; 03/08 - 1º ano; 02/08 - 2º ano; 01/08 - 3º ano; 31/07 - 4º ano; 30/07 - 5º ano.
3º BIMESTRE	01 de outubro a 06 de outubro	06/10 - Educação Infantil; 04/10 - 1º ano; 05/10 - 2º ano; 01/10 - 3º ano; 02/10 - 4º ano; 03/10 - 5º ano.
4º BIMESTRE	03 de dezembro a 10 de dezembro	10/12 - Educação Infantil; 06/12 - 1º ano; 07/12 - 2º ano; 05/12 - 3º ano; 03/12 - 4º ano; 04/12 - 5º ano.

... “O Conselho de Classe deve oferecer possibilidades de um juízo sobre a evolução do processo educativo na pessoa do aluno, através da análise de suas manifestações de comportamento. “(Marques, 1992)

O Conselho de Classe realizado nas escolas, sempre foi motivo de inquietação, pois somente professores reuniam-se para discutir o processo educativo, como detentores do saber. Dessa forma, havia bastante resistência e descrédito, até mesmo pelos próprios professores que o realizavam. Alguns chegavam a referir-se a este momento, como sendo um momento de catarse, em que se dividiam os problemas e, conseqüentemente, não se encontravam culpados, ou a vítima era sempre o aluno e a família, excluindo-se qualquer responsabilidade ao professor ou à escola.

Neste contexto, os professores atendiam com mais eficiência à dimensão instituída, os alunos ideais, deixando de cumprir seu papel dentro da escola pública, quando teriam a função de atender a todos e a cada um particularmente. Poucos são os professores que conheciam seus alunos e contextualizavam seu modo de vida. Os demais se queixavam que não conseguiam fazê-lo.

Para se conseguirmos uma visão da evolução da aprendizagem e do processo é necessário que, no mínimo, os dois principais envolvidos se façam presentes para, num confronto de ideias, avaliar com clareza a caminhada e estabelecer a forma correta de retomá-la. Mas se o aluno, na verdade, passa a maior parte do tempo fora da escola, para que tenhamos continuidade, é preciso que os pais sejam conhecedores da situação e participem diretamente na avaliação e na construção de metas para a solução dos problemas encontrados. Só assim poderão acompanhar os filhos nas tarefas escolares do dia-a-dia.

É importante a participação dos pais não só no momento do conselho, mas em todas as ações que a escola desenvolve. Assim, é necessário verificar a real validade dos Conselhos de Classe, como forma de redefinir sua elaboração, execução e avaliação.

Sob esta perspectiva, o Conselho de Classe da escola acontece através de um trabalho colaborativo entre os sujeitos que compõem o espaço escolar, para que este se transforme em um espaço importante de avaliação constante que deve abranger todos os segmentos da organização escolar (atuação dos professores, equipe diretiva, desempenho docente e discente, envolvimento dos pais, conteúdos, recursos...).

Este trabalho investigativo/transformador prevê a participação dos pais, dos alunos e dos docentes na definição da avaliação, análise dos resultados, problemas levantados e metas de solução a serem seguidas. Todos devem estar comprometidos com a qualidade educacional, como responsáveis por resultados, fracassos e recursos de aprendizagem.

O Conselho de Classe, então, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto político Pedagógico.

“Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos.” (PENIN, 1992, p 90).

Dentre as funções da escola, cabe desenvolver um processo de inovação. É preciso que acompanhem a modificação atual através de uma educação reflexiva e participativa, em que a observação, reflexão, ação, possam transformar a estruturação do Conselho de Classe hoje apresentado às escolas. Neste sentido, para atender à função social, da escola utiliza-se esta modalidade de Conselho de Classe, em que se consta de forma comum as dificuldades no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, no qual, através do diálogo, as pessoas se auxiliam para agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, visando a alcançar maior sucesso educacional e conseqüentemente transformação dos envolvidos no processo.

O trabalho educativo tem se mostrado desafiador quando desejamos trabalhar numa perspectiva de transformação. Uma educação voltada para uma ação/reflexão/ação e para a educação, destacando o Conselho de Classe Participativo, como estratégia para uma maior qualidade no processo educacional, abrindo-se espaços para que o diálogo em relação à aprendizagem aconteça entre pais, alunos e professores.

De acordo com Demo (1992, p10):

...no mundo moderno a educação em sentido amplo de capacidade de aprender a aprender e de constantemente reciclar-se, tende a ser o patrimônio mais

estratégico da pessoa e da sociedade, principalmente em termos de oportunidade de desenvolvimento.

Neste sentido, no âmbito escolar, os conselhos de Classe são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional.

Para Sant'Ana (1995: p. 87-88) , A avaliação escolar e os Conselhos de Classe são elementos para a imprescindível mudança na luta pela democratização do espaço escolar. Precisamos de uma escola comprometida com os reais interesses da população, ou seja, que promova seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, o compromisso com a aprendizagem, o respeito às diferenças individuais, fortalecendo a igualdade de direitos e de condições à justiça, à liberdade, ao diálogo e, portanto, à democracia. Cremos que uma escola engajada na comunidade oportunizará a formação de um sujeito crítico e consciente para enfrentar os desafios que a vida lhe apresentará, contribuindo para a construção de um novo conhecimento, repensando a prática institucionalizada, com o dever de contribuir para um ensino de qualidade.

A transformação da educação escolar só será realizada por sujeitos auto reflexivos, esclarecidos e conscientes do seu papel social. Deste modo, refletindo sobre a validade dos atuais Conselhos de Classes, contribuiremos para que esse momento seja transformador, via investigação/dialógica com o objetivo de atender à função social a que se destina a escola.

Os diálogos desencadeados no Conselho de Classe Participativo farão com que os pais, alunos e professores conheçam a escola, o seu fazer pedagógico e encontrem novos caminhos para atingirem seus objetivos.

Paulo Freire nos diz: “A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”. (p.65). Dessa forma, conhecer e avaliar profundamente a prática da escola, a história de vida do aluno, a ética, a política do professor, o comprometimento dos pais, a articulação da equipe diretiva, a metodologia e o currículo, para poder nela investir, torna-se uma exigência para o avanço do projeto de redemocratização de nossa sociedade.

Essa consciência histórica gera compromisso, faz-nos agentes de nossa história. Os educadores que acreditam numa educação transformadora, se comprometem e modificam as estruturas escolares, da qual o Conselho de Classe faz parte.

O Conselho de Classe permite uma compreensão e uma análise crítica da prática pedagógica através de uma concepção participativa e transformadora. Se atualmente revela rotina, repetição, ritualismo, fragmentação, conservadorismo nas relações e práticas pedagógicas/sociais, de forma participativa revelará buscas, questionamentos, atitudes e soluções que surgirão em resposta aos desafios de uma investigação-ação.

O Conselho de Classe é importante para uma análise do ensino desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, pois propicia: uma avaliação qualitativa e integral; riqueza da diversidade de análise, olhares de diversos atores da comunidade escolar; análise de diferentes tipos de registros do acompanhamento da aprendizagem dos alunos; discussão das dificuldades de aprendizagem; planejamento das intervenções para superar as dificuldades; socialização do que está dando certo e do que não deu certo.

O principal objetivo do conselho é avaliar o aluno de forma integral, por meio de diferentes olhares.

O Conselho de Classe não pode ser um momento isolado do processo da escola, nem ser o único espaço de discussão coletiva. É momento de síntese que precisa ser coerente com a proposta pedagógica que está sendo desenvolvida. Por isso, deve ter como foco a escola como um todo.

Nessa discussão coletiva registra-se como documento a análise do processo de aprendizagem do aluno, como ponto de partida para retomadas, e as intervenções que se fizerem necessárias. Por entender a importância da discussão coletiva a Escola fará essa discussão por segmento durante todo o turno de trabalho, em um dia pré-determinado para o Conselho de Classe. Onde cada professor estará expondo todo o seu trabalho pedagógico que desenvolvem durante o bimestre, as dificuldades, avanços de todos os alunos.

GESTÃO FINANCEIRA

A escola sobrevive do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira é um recurso financeiro do Governo do Distrito Federal, que não tem uma previsão do valor anual, calculado pelo quantitativo de alunos e programas e projetos desenvolvidos pela escola. São dois tipos de despesas: Capital e Custeio. Nas despesas de Capital, os recursos devem ser utilizados para aquisição de bens permanentes e na de Custeio, para manutenção em geral, serviços e bens de consumo. Quanto aos bens de Capital adquiridos, é imprescindível que se proceda de modo a fazer com que todos venham a ser patrimoniados. Para utilização dos recursos do PDAF, tanto para despesas de Capital quanto de custeio, é necessário que se faça três orçamentos para cada compra ou contratação de serviços. É também imprescindível que essas compras ou contratações sejam feitas exclusivamente mediante notas fiscais emitidas dentro do distrito federal. Ademais, para cada compra ou contratação de serviços é necessário que o fornecedor possa emitir, além da nota fiscal, as seguintes certidões:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- Certificado de Regularidades do FGTS-CRF;
- Certidão de Dívida Ativa Negativa;
- Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa;

A Ata de prioridades é um documento a ser preenchido e firmado entre o Conselho Escolar e a unidade executora do PDAF, o Caixa Escolar, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola.

O Acompanhamento da utilização dos recursos do PDAF será feito com base nas informações contidas em Relatórios-Síntese de Execução Quadrimestralmente, elaborados pelo Caixa escolar e entregues até o primeiro dia útil subsequente aos meses de abril, agosto e dezembro, respectivamente, sendo analisados pelo foro representativo da respectiva comunidade escolar.

O foro representativo deverá realizar a análise crítica dos relatórios recebidos, em um prazo de até quinze dias, em reunião do respectivo colegiado, registrando suas conclusões na Ata da correspondente reunião.

As Prestações de Contas deverão atender às normas da SEE-DF e da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, obedecendo aos princípios fundamentais de contabilidade.

O PDAF tem como objetivo contribuir na realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Coordenações Regionais de Ensino.

A adesão ao programa se dá através de credenciamento formalizado junto às Coordenações Regionais de Ensino, por entidades de pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, legalmente constituídos, e que tenham por finalidade apoiar as IE'S e as CRES's no cumprimento das suas respectivas competências e atribuições. Estas entidades são denominadas de Unidades Executoras (UEx), sejam: Associações de Pais e Mestres – APM, Associações de Pais, Alunos e Mestres _ APAM, Caixas Escolares e demais entidades similares.

A **APM** – Associação de Pais e Mestres e a Caixa Escolar são entidades legalmente constituídas pelas comunidades escolares sob forma de pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos, credenciadas com a finalidade de auxiliar na administração das instituições educacionais e das CREs conforme decreto GDF nº 29.200/08. As Unidades Executoras podem cobrar taxas voluntárias dos alunos, Os valores são estabelecidos conforme a necessidade de cada escola. Aqueles que decidirem não contribuir, não podem ser discriminados ou prejudicados de nenhuma forma.

FINALIDADES DAS APM/APAM

Conforme a Portaria nº 335, de 11 de setembro de 2007, são finalidades das APM/APAM:

- Proporcionar aos pais uma forma de participação ativa na escola, em benefício do desenvolvimento integral dos alunos e do processo educacional;
- Auxiliar a administração escolar, nas questões pertinentes ao atendimento das necessidades da instituição educacional;
- Participar das reuniões de planejamento e avaliação das atividades da instituição educacional;

- Captar recursos financeiros para prestar assistência suplementar e/ou emergencial à instituição educacional;
- Promover e apoiar atividades sócio-culturais e lazer à comunidade, visando ampliar o conceito de instituição escolar, transformando-a em um centro de integração e desenvolvimento comunitário;
- Proporcionar aos pais oportunidades de participação e proximidades com a instituição educacional na qual seu filho estuda, a fim de assegurar-lhe melhor desempenho escolar;
- Promover a obtenção de recursos financeiros para contribuir com os educando, na medida de suas necessidades;
- Receber e executar, e prestar contas dos recursos financeiros obtidos por meio de repasses governamentais, como também os provenientes de doações, eventos etc.;
- Participar de festas organizadas pela comunidade em geral, a fim de promover um maior entrosamento e angarias fundos.

GESTÃO DE PESSOAS

DIREÇÃO

A escolha para diretor e vice-diretor é de maneira democrática, ou seja, são eleitos pela comunidade escola.

Art. 8º Constituem atribuições do Diretor:

- I** - cumprir e fazer cumprir as leis de ensino vigentes, as determinações dos órgãos competentes e o presente Regimento;
- II** - implementar as deliberações do Conselho Escolar;
- III** - responsabilizar-se por todas as atividades desenvolvidas na instituição educacional, com predominância das de caráter pedagógico;
- IV** - coordenar a elaboração da Proposta Pedagógica e do Plano de Ação, bem como, garantir sua execução e avaliação;
- V** - incentivar a participação dos pais e da comunidade no desenvolvimento das atividades promovidas pela instituição educacional;
- VI** - garantir o acesso e a divulgação, em tempo hábil, de documentos e informações de interesse da comunidade escolar;

- VII** - coordenar a elaboração e a divulgação das normas internas, com a participação da comunidade escolar;
- VIII** - manter-se informado sobre a realidade socioeconômica e cultural da comunidade e do mercado de trabalho no caso da Educação Profissional, com vista à atualização da Proposta Pedagógica;
- IX** - acompanhar e avaliar, de forma participativa, a execução do currículo em vigor, visando a adoção de medidas necessárias a correção de eventuais disfunções;
- X** - propiciar a participação da instituição educacional em atividades educativo-culturais promovidas pela comunidade e, no caso da Educação Profissional, em atividades do mundo do trabalho, no que concerne à produção e às relações produtivas;
- XI** - analisar e assinar documentos escolares, observando sua atualização, organização e autenticidade;
- XII** - fazer cumprir os prazos estabelecidos, pela administração da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, para o registro sistemático dos fatos e dados da vida escolar do aluno e da instituição educacional;
- XIII** - deferir matrícula, conforme a legislação vigente;
- XIV** - criar estratégias que garantam aos servidores a participação em atividades relacionadas à atualização, ao aprimoramento profissional e a formação continuada;
- XV** - administrar a utilização dos recursos financeiros provenientes do Poder Público ou de outras fontes, zelando por sua aplicação adequada e prestando contas ao órgão competente;
- XVI** - desenvolver ações educativas voltadas para a correta e contínua utilização, manutenção e conservação do prédio, dos equipamentos, dos materiais e das instalações escolares, estimulando a co-responsabilidade dos professores, dos servidores, dos alunos e da comunidade;
- XVII** - zelar pela identidade da instituição educacional, pelo bem estar dos profissionais que ali atuam e pelas relações interpessoais;
- XVIII** - representar a instituição educacional perante as autoridades superiores e a comunidade, prestando informações pertinentes, quando for o caso;
- XIX** - presidir reuniões do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores, e do Conselho Comunitário, onde houver;
- XX** - diagnosticar e submeter à apreciação do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores casos, referentes a avaliação e a promoção dos alunos;

XXI - desenvolver estratégias que consolidem as políticas de educação, no âmbito da instituição educacional;

XXII - implantar mecanismos que consolidem a prática da avaliação institucional, bem como a aplicação dos resultados em prol da melhoria da qualidade do ensino;

XXIII - praticar os demais atos necessários ao funcionamento da instituição educacional.

Art. 9º O Vice-Diretor, os Encarregados e o Chefe de Secretaria Escolar, são nomeados nos termos das disposições pertinentes.

Parágrafo único. O Vice-Diretor, que substituirá o Diretor em seus impedimentos legais e eventuais, terá, obrigatoriamente, de pertencer a Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Art. 10. São atribuições do Vice-Diretor:

I - prestar assessoramento técnico-administrativo-pedagógico ao Diretor, co-participando de todas as atividades;

II - substituir o Diretor nos seus impedimentos legais e eventuais, assumindo suas atribuições;

III - zelar pelo cumprimento das disposições contidas neste Regimento.

Art. 11. São atribuições do Encarregado:

I - assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos pedagógicos e administrativos;

II - zelar pelo cumprimento das disposições contidas neste Regimento.

Art. 12. São atribuições do Chefe de Secretaria Escolar:

I - assistir a Direção em serviços técnico-administrativos;

II - planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades da Secretaria Escolar;

III - organizar e manter atualizados a escrituração escolar, o arquivo, a coleção de leis, os pareceres, as resoluções, os regulamentos, as diretrizes, as ordens de serviço, as circulares e outros documentos;

IV - instruir processos sobre assuntos pertinentes a Secretaria Escolar;

V - atender aos pedidos de informação sobre processos relativos à Secretaria Escolar e demais documentos, respeitando o sigilo profissional;

- VI** - proceder ao remanejamento interno e externo de alunos, a renovação de matrículas e efetuar matrículas novas, observando os critérios estabelecidos na Estratégia de Matrícula para as instituições educacionais públicas do Distrito Federal;
- VII** - formar turmas de acordo com os critérios estabelecidos na Estratégia de Matrícula;
- VIII** - assinar documentos da Secretaria Escolar, de acordo com a legislação vigente;
- IX** - incinerar documentos escolares, de acordo com a legislação vigente;
- X** - atender a comunidade escolar com presteza e eficiência;
- XI** - utilizar o sistema de informação definido para a Rede Pública de Ensino para registro da escrituração escolar;
- XII** - manter atualizadas as informações no sistema para emissão da documentação escolar;
- XIII** - escriturar rotinas de segurança das informações por meio dos recursos de informática;
- XIV** - inserir no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível: Médio, os Planos de Cursos apresentados a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para aprovação sob orientação da Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção do Ensino;
- XV** - prestar, anualmente, as informações relativas ao Censo Escolar, solicitadas pela Secretaria de Estado de Educação nos termos da legislação vigente;
- XVI** - praticar os demais atos necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Escolar.

Parágrafo único. O Chefe de Secretaria Escolar em seus impedimentos ou ausências é substituído por um servidor, indicado pelo Diretor, devidamente habilitado ou autorizado para o exercício da função pelo órgão competente.

São atribuições dos supervisores administrativos:

- I** - Assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos administrativos;
- II** - Coordenar o planejamento das atividades administrativas, bem como sua execução e avaliação;
- III** - Providenciar a criação ou o remanejamento de recursos materiais para a melhoria das condições de ensino, incluindo a reprodução e a montagem de materiais didáticos;
- IV** - Zelar pela aplicação da legislação pertinente;Regimento Escolar das Instituições;

- V** - Promover bom relacionamento entre os profissionais da instituição educacional;
- VI** - Assessorar a aplicação e a execução dos recursos oriundos do Programa de Descentralização Administrativo-Financeiro – PDAF, nos termos da legislação vigente.
- VII** - Distribuir tarefas entre os Serviços e Setores administrativos da instituição educacional;
- VIII** - Zelar pelo cumprimento das disposições contidas neste Regimento;
- IX** - Manter atualizado o cadastro dos profissionais de educação da instituição educacional;
- X** - Acompanhar e informar a frequência dos profissionais de educação da instituição educacional, bem como assuntos relativos ao pagamento e demais informações relacionadas à sua vida profissional.

Parágrafo único. As atribuições dos Supervisores Administrativos das instituições educacionais podem ser acrescidas por ato próprio da Secretaria de Estado de Educação.

SEÇÃO III

Da Supervisão Pedagógica

Art. 11. O Supervisor Pedagógico deverá assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos pedagógicos e articular as ações dos coordenadores pedagógicos, de modo a:

- I** - Implementar, acompanhar e avaliar a Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- II** - Orientar e coordenar os docentes nas fases de elaboração, execução, implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica;
- III** - Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional, inclusive as de formação continuada;
- IV** - Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;

V - Divulgar e estimular o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;

VI - Orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;

VII - Realizar reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas;

VIII - Elaborar, com a equipe, relatórios das atividades desenvolvidas, propondo soluções alternativas para as disfunções detectadas e encaminhá-los, bimestralmente, e também quando solicitado, ao Núcleo de Monitoramento Pedagógico da Diretoria Regional de Ensino;

IX - Coordenar e acompanhar, de acordo com suas competências específicas e em articulação com o Serviço de Orientação Educacional, com a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e com os profissionais que atuam na Sala de Recursos, o atendimento aos alunos que apresentem transtornos funcionais, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de conduta, dentre outros, em conformidade com as orientações vigentes. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

X - Acompanhar os resultados das avaliações desenvolvidas na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Nas instituições educacionais onde não houver coordenador pedagógico o Supervisor.

Da Coordenação Pedagógica

Art. 20. A Coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor.

Parágrafo único. A Coordenação Pedagógica está sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico, designado de acordo com a legislação vigente.

Art. 21. O Coordenador Pedagógico deverá:

I - Participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;

II - Orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;

III - Articular ações pedagógicas entre professores, equipes de direção e da Diretoria Regional de

Ensino, assegurando o fluxo de informações;

IV - Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;

V - Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de Pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;

VI - Divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;

VII - Orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;

VIII - Propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas e;

IX - Propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

Art. 22. O planejamento e a realização da Coordenação Pedagógica Local.

Da Secretaria Escolar

Art. 13. A Secretaria Escolar, subordinada diretamente ao Diretor, compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a alunos, a professores e aos pais em assuntos relativos à sua área de atuação.

§ 1º A Secretaria Escolar é dirigida pelo Chefe de Secretaria Escolar, nomeado e legalmente habilitado ou autorizado pelo órgão competente para o exercício da função.

§ 2º A Secretaria Escolar conta com apoios técnico-administrativos necessários ao cumprimento de suas competências.

Art. 14. A escrituração escolar é o registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar do aluno e da instituição educacional, de forma a assegurar, a qualquer tempo, a verificação da identidade de cada aluno, da autenticidade de sua vida escolar, da regularidade de seus estudos bem como do funcionamento da instituição educacional.

Parágrafo único. A escrituração escolar consta, dentre outros, de registros sobre:

- I - abertura e encerramento do ano ou semestre letivo;
- II - ocorrências diárias;
- III - aprovação, reprovação, promoção, progressão parcial;
- IV - processos especiais de avaliação: avanço de estudos, classificação e reclassificação;
- V - exames supletivos;
- VI - resultados parciais e finais de avaliação de recuperação e a frequência dos alunos;
- VII - expedição e registro de certificados e diplomas;
- VIII - investidura e exoneração de Diretor, Vice-Diretor e Secretário Escolar;
- IX - dados funcionais dos servidores da instituição educacional;
- X - visitas do órgão de inspeção de ensino;
- XI - incineração de documentos;
- XII - decisões do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores.

Art. 15. Para registro da vida escolar do aluno e da instituição educacional são utilizados, os seguintes instrumentos, dentre outros:

- I - fichas;
- II - diários de classe;
- III - históricos escolares;
- IV - certificados;
- V - diplomas;
- VI - relatórios;
- VII - atas;
- VIII - requerimentos;
- IX - declarações;

X - livros de registros

Art. 16. A Secretaria Escolar deverá utilizar o sistema de informação adotado para toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Da Orientação Educacional

Art. 27. A Orientação Educacional tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino público, do Distrito Federal, promovendo ação-reflexão das atividades educativas como forma de facilitar a socialização da conhecimento e ampliar as possibilidades do aluno de compreender e agir no mundo como cidadão crítico e participativo.

Parágrafo único. A orientação Educacional está sob a responsabilidade de profissional habilitado para a função na forma da lei.

Art. 28. São atribuições do Orientador Educacional:

I - planejar, implantar e implementar o Serviço de Orientação Educacional, incorporando-o ao processo educativo global;

II - participar do processo de conhecimento da clientela escolar, identificando as possibilidades concretas da comunidade, os interesses e as necessidades dos alunos;

III - participar do processo de elaboração, execução e acompanhamento da Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implantação e implementação do currículo em vigor na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

IV - estimular a participação dos alunos para o desenvolvimento da capacidade de criticar, opinar e assumir responsabilidades;

V - realizar a orientação vocacional, em ação integrada com os demais serviços pedagógicos, a partir de uma análise crítica do contexto socioeconômico, cultural e do mercado de trabalho;

VI - auxiliar na sensibilização do corpo escolar para educação inclusiva;

- VII** - proporcionar reflexões com a comunidade escolar sobre a prática pedagógica, por meio de discussões quanto ao sistema de avaliação, questões de evasão, repetência, aplicação de normas disciplinares e outros;
- VIII** - identificar e encaminhar de forma sistematizada os alunos que apresentem problemas de conduta e dificuldades específicas de aprendizagem;
- IX** - participar ativamente do processo de integração escola-família comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais no processo educativo;
- X** - sensibilizar as famílias para maior participação e envolvimento nas questões escolares dos alunos;
- XI** - apoiar e subsidiar os segmentos escolares como: Conselho Escolar, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres;
- XII** - diagnosticar e trabalhar, junto a comunidade escolar, as causas que impedem o avanço do processo de ensino e de aprendizagem;
- XIII** - supervisionar estágios na área de Orientação Educacional;
- XIV** - integrar suas ações ao Apoio a Aprendizagem;
- XV** - desenvolver ações ligadas à valorização do ser humano considerando os aspectos inerentes;
- XVI** - realizar ações integradas, com o corpo docente, no desenvolvimento de projetos como: saúde, educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, meio ambiente, ética, cidadania, cultura de paz e outros periodizados pela instituição educacional.

Do Apoio à Aprendizagem

Art. **29**. A equipe de Apoio à Aprendizagem é constituída por profissionais devidamente habilitados de acordo com critérios estabelecidos pela Subsecretaria de Educação Pública/Diretoria de Apoio Pedagógico.

§ **1º** O Apoio a Aprendizagem tem por finalidade atender, avaliar, e acompanhar, de forma interdisciplinar a comunidade escolar, a fim de apoiar o

processo de ensino e de aprendizagem com vistas ao equilíbrio emocional, intelectual e social do aluno.

§ 2º O Apoio à Aprendizagem é desenvolvido no contexto escolar, priorizando a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 30. São atribuições da equipe de Apoio à Aprendizagem:

I - Realizar a avaliação diagnóstica, processual e interventiva dos alunos encaminhados pelas instituições educacionais públicas e comunidade do Distrito Federal;

II - Apoiar e subsidiar o corpo docente auxiliando-o a desenvolver estratégias educacionais que atendam as diferentes necessidades dos alunos no contexto escolar;

III - Sensibilizar as famílias para maior participação no processo avaliativo/interventivo, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;

IV - Acompanhar os alunos que devem participar do programa de intervenção psicopedagógica;

V - Contribuir para reflexão da práxis pedagógica no contexto escolar.

Do Corpo Docente

Art. 36. O Corpo Docente da instituição educacional é constituído de professores legalmente habilitados e pertencentes à Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Podem, ainda, atuar, em caráter temporário, professores não pertencentes à Carreira Magistério para atendimento a situações emergenciais, desde que autorizados pelo órgão competente da Administração Pública do Distrito Federal.

Art. 37. São direitos dos professores, além dos conferidos pela legislação específica vigente:

I - Receber tratamento condigno com a função de professor;

II - dispor de condições adequadas ao desenvolvimento da ação educativa;

III - Ter autonomia didático-pedagógica de ensino, observada a Proposta Pedagógica;

IV - Participar de eventos pedagógicos;

V - Utilizar o período de coordenação pedagógica para fins de formação continuada e atendimento as necessidades dos alunos;

VI - Zelar por sua formação continuada.

Art. 38. Além das obrigações expressas na legislação, constituem deveres do professor:

I - Participar da elaboração da Proposta Pedagógica e do Plano de Ação da instituição educacional;

II - Tratar igualmente a todos os alunos, sem distinção de etnia, sexo, credo religioso, convicção política ou filosófica;

III - Executar as tarefas pedagógicas e de registro da vida escolar do aluno cumprindo os prazos fixados pela Direção da instituição educacional, para a entrega dos documentos à Secretaria;

IV - Cumprir os dias letivos e as horas estabelecidas, inclusive participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

V - Zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de recuperação, quando necessário;

VI - Elaborar e executar o Plano de Curso das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares, de acordo com a Proposta Pedagógica;

VII - avaliar os alunos de acordo com os critérios estabelecidos nas Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem, na Proposta Pedagógica e neste Regimento;

VIII - Entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após o encerramento do bimestre e do ano letivo, os resultados de seus alunos;

IX - encaminhar a Orientação Educacional e ao Serviço de Apoio a Aprendizagem os alunos com dificuldades de aprendizagem ou com problemas de adaptação ao regime escolar;

X - Atuar como professor representante de turma, quando escolhido pelos alunos;

XI - Participar do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores e, quando eleito, do Conselho Escolar, bem como do Conselho Comunitário, onde houver;

XII - participar das atividades de articulação da instituição educacional com a família e a comunidade;

XIII - Cumprir os dispositivos deste Regimento.

Do Corpo Discente

Art. 39. O Corpo Discente é constituído pelos alunos da instituição educacional.

Art. 40. Aos alunos são assegurados os seguintes direitos:

I - Ser respeitado na sua dignidade como pessoa humana, independente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia, sexo e nacionalidade;

II - Participar do de elaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica;

III - Tomar ciência do currículo em vigor e opinar sobre seu desenvolvimento na instituição educacional;

IV - Conhecer as Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, bem como os critérios adotados pelo professor na sua operacionalização;

V - Receber ensino de qualidade;

VI - Conhecer o resultado de seu desempenho escolar;

VII - Emitir opiniões e apresentar sugestões em relação à dinâmica escolar;

VIII - Ter reposição efetiva dos dias letivos e das aulas;

IX - Receber orientação educacional e vocacional, de acordo com este Regimento;

X - Receber tratamento educacional especializado, quando necessário;

XI - Receber assistência socioescolar, quando necessária;

XII - Utilizar a Biblioteca/Sala de Leitura e outros meios auxiliares, de acordo com as normas internas;

XIII - Participar do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores, na forma deste Regimento, e, quando eleito, do Conselho Escolar, conforme legislação vigente;

XIV - Organizar e participar de entidades estudantis.

Art. 41. São deveres dos alunos:

- I - Conhecer e cumprir este Regimento;
- II - Aplicar-se com diligência ao estudo, para melhor aproveitamento das oportunidades de ensino e de aprendizagem;
- III - Comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares;
- IV - Solicitar autorização à Direção, quando necessitar se ausentar das atividades escolares;
- V - Observar os preceitos de higiene individual e coletiva;
- VI - usar o uniforme adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- VII - Zelar pela limpeza e conservação do ambiente escolar, das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes nas instituições educacionais;
- VIII - Abster-se de praticar ou induzir a prática de atos que atentem contra pessoas elou o patrimônio da instituição educacional;
- IX - Responsabilizar-se em caso de dano causado ao patrimônio da instituição educacional, se maior de idade ou pelo seu responsável legal quando menor;
- X - Respeitar todas as pessoas da comunidade escolar;
- XI - Participar das atividades desenvolvidas pela instituição educacional.

Art. 42. É vedado ao aluno:

- I - Portar objeto ou substância que represente perigo para a sua saúde, segurança e integridade física ou de outrem;
- II - Promover, na instituição educacional, qualquer tipo de campanha ou atividade, sem previa autorização do Diretor;
- III - Impedir colegas de participar das atividades escolares ou incitálos à ausência;
- IV - Ocupar-se, durante as aulas, com atividades não compatíveis com o processo de ensino e de aprendizagem!

Art. 43. O regime disciplinar é decorrente das disposições legais e das determinações deste Regimento, aplicáveis a cada caso.

Art. 44. O aluno, pela inobservância das normas contidas neste Regimento, e conforme a gravidade elou a reincidência das faltas, está sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência oral;

II - advertência escrita;

III - Suspensão, com tarefas escolares, de, no máximo, 3 (três) dias letivos, elou com atividades alternativas na instituição educacional;

IV - Transferência por comprovada inadaptação ao regime da instituição educacional, quando o ato for aconselhável para a melhoria do desenvolvimento do aluno, da garantia de sua segurança ou de outros.

§ 1º Cabe ao professor a aplicação da sanção prevista no inciso I deste artigo e ao Diretor da instituição educacional, as contidas nos demais incisos.

§ 2º As sanções aplicadas ao aluno e o atendimento a ele dispensado são registrados em atas e na ficha, individual do aluno, sendo vedado o registro no histórico escolar.

§ 3º Ao aluno que sofrer a sanção prevista no inciso III, implicando perda de provas, testes, trabalhos, é dada oportunidade de realizá-los logo após seu retorno as atividades escolares.

§ 4º As sanções podem ser aplicadas gradativamente, ou não, dependendo da gravidade ou reincidência da falta.

§ 5º A transferência por inadaptação ao regime escolar só é aplicada por deliberação do Conselho de Classe ou da Comissão de Professores.

§ 6º Ao aluno transferido por inadaptação é assegurada a vaga em outra instituição educacional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e, sempre que possível, próximo de sua residência, tendo ainda assegurado o atendimento específico, tanto pela instituição educacional como pela Diretoria Regional de Ensino.

Art. 45. No caso de aplicação de sanções ao aluno, é garantido amplo direito de defesa, com a presença dos pais ou dos responsáveis, quando menor de idade.

ATRIBUIÇÕES DA SALA DE RECURSOS

O atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos é definido na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001) como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor

especializado, que suplementa (no caso de estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas da modalidades da Educação Básica.

As atribuições da sala de recurso são:

- Atuar como docente nas atividades de complementação ou de suplementação curricular específica;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com deficiência, TGD ou altas habilidades/superdotação ao currículo e a sua interação no grupo;
- Promover as condições de inclusão desses estudantes em todas as atividades da instituição educacional;
- Preparar material específico para o uso dos estudantes na sala comum e na sala de recursos;
- Orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possa ser utilizadas pelos estudantes nas classes comuns do ensino regular;
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e de materiais específicos, bem como de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular, com gestores e com professores, para que a proposta pedagógica da instituição educacional seja organizada coletivamente em prol de uma educação inclusiva;
- Orientar o professor da classe comum sobre estratégias que favoreçam a autonomia e o envolvimento do estudante em todas as atividades propostas ao grupo.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A Escola Classe Bela Vista utilizará a avaliação institucional e auto avaliação também com a equipe de direção, de professores e demais servidores da escola,

através de encontros bimestrais, onde todos terão a oportunidade de refletir e trocar com o grupo, as suas vivências e dificuldades. Nesse momento a direção e coordenação ouvem a equipe de professores e demais servidores e são ouvidas por ela, para que juntas encontrem caminhos para melhoria do trabalho na escola.

Também com os pais dos alunos, a Escola Classe Bela Vista utilizará como instrumento de avaliação um questionário anual, onde eles podem, anonimamente, identificar o que eles consideram bom, e o que precisa ser melhorado ou modificado e por quê? Convém reforçar que em todas as reuniões de pais, a Escola oferece espaço para que os pais ou responsáveis possam opinar, além da direção e coordenação estarem sempre disponíveis e acessíveis à comunidade, tornando o convívio família-escola o mais harmônico possível, primando sempre pelo respeito mútuo permitindo assim uma solução plausível para os problemas do cotidiano escolar. Salientamos também que a cada início do ano letivo será apresentado o PPP para as devidas alterações que considerarem pertinentes.

CRONOGRAMA DE ACORDO COM CALENDÁRIO ESCOLAR 2018

<p>1ª Avaliação Institucional Março</p>	<p>Momento para apreciação, estudo, reflexão e elaboração de metas do PPP</p>
<p>2ª Avaliação Institucional Julho</p>	<p>Momento para discutir e refletir se as ações contidas no PPP estão sendo executadas e se os resultados estão sendo significativos</p>

3ª Avaliação Institucional Novembro	Momento para discutir e refletir se as ações contidas no PPP estão sendo executadas e se os resultados estão
--	---

13.PROJETOS ESPECÍFICOS

Assim como nos propomos a incentivar, em nosso manejo didático, a leitura como desabrochar da aprendizagem, trabalharemos com diferentes projetos planejados para cada série de acordo com suas competências e habilidades. Com projetos e temas dentro dos eixos estruturantes do Currículo em Movimento- cidadania, sustentabilidade humana, aprendizagens, diversidade, educação das relações étnico-raciais, relação do campo, relação em gênero e sexualidade e relação dos direitos humanos.

Numa perspectiva de resgatar a identidade e valorizar a cultura, propomos projetos das datas comemorativas, hora cívica, festividades, saúde, leitura e os que vierem a ser necessária como intervenção pedagógica. Abaixo elencados:

Projeto	Objetivos	Principais Ações	Professor (es) Responsável (is)	Avaliação do Projeto e no Projeto
1. Prevenção Contra a Dengue	Levar os alunos a conhecer todos os aspectos que envolvem a dengue, num sentido de prevenção.	Buscar parcerias com a DIVAL (Diretoria de Vigilância Ambiental do DF), juntamente com o PSE (Programa de Saúde na Escola).	Direção e Orientador Educacional	A avaliação se dará observando se os objetivos estão sendo alcançados no decorrer da execução
2. Projeto: Água, não desperdiçar ou pode acabar.	Sensibilizar os alunos para o grave problema da escassez de água.	Buscar parceria com a ADASA (Agências Reguladora de águas, Energia e Saneamento básico do Distrito Federal), juntamente com a CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal); Videoteca, vídeos sobre o tema; Produção de textos e desenhos.	Professores, Coordenação, Direção e orientador Educacional.	
3. Brasília sem pedofilia	Conscientizar a comunidade escolar sobre a pedofilia.	Buscar parceria com a SEJUS (Secretaria de Justiça e Cidadania) e Conselho Tutelar de São Sebastião;	Orientador Educacional e Professores	
4. Oficinas - Fazer para ensinar	Produzir material pedagógico com material reciclado para ser utilizado em sala de aula como recurso didático.	Parceria com o SLU (Serviço de Limpeza Urbana) e SOE (Serviço de Orientação Educacional); Confecção de brinquedos com materiais recicláveis.	Professores e Orientador Educacional	
5. Projeto 21	Sensibilizar a comunidade escolar para a inclusão	Favorecer o processo de inclusão escolar com alunos com necessidades educacionais; Vídeos enfocando as diferenças; Desenvolver projetos referente ao dia D (21 de setembro).	Professor, Sala de Recursos, SEAA e SOE	

Projeto	Objetivos	Principais Ações	Professor (es) Responsável (is)	Avaliação do Projeto e no Projeto
6. Educação para o Trânsito	Conhecer os direitos e deveres do pedestre.	Parceria com Detran/DF; Palestras, vídeos; Visita a Transitolândia DF.	Professores, Orientador Educacional e Coordenação	
7. Conhecendo Brasília	Realizar passeios escolares em todos os monumentos, teatros, pontos turísticos e museus de Brasília.	Trabalhar em sala de aula a história de Brasília; Visitas a pontos turísticos; Vídeos: Brasília vista do céu.	Professores	
8. Interventivo de valores	Proporcionar ao aluno condições para que ele se conscientize da necessidade de respeito entre todos, da aplicação dos direitos e deveres de cada um formando valores éticos e morais para exercício de sua cidadania na formação de seres humanos mais conscientes, participativos e responsáveis.	Trabalhar os temas transversais: cidadania, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, entre outros;	Equipe Gestora, Corpo Docente, SEAA e Sala de Recursos	

Projeto	Objetivos	Principais Ações	Professor (es) Responsável (is)	Avaliação do Projeto e no Projeto
9. VI Plenarilha - "Universo do Brincar - A Criança do Distrito Federal e o Direito do Brincar"	Vivenciar o brincar, a brincadeira e o brinquedo como ferramenta para aprender, desenvolver e expressar-se de maneira integral	Conversa informal acerca do tema Universo do Brincar; Confecção de brinquedos em sala de aula para exposição; Realização de brincadeiras, com e sem brinquedos	Equipe gestora, Coordenação e Professores da Educação Infantil	
10. Projeto de Atendimento Individual	Contribuir no processo de alfabetização e letramento dos alunos por meio de atividades lúdicas que contribuem para o desenvolvimento da leitura e escrita	Atendimento por meio da diagnose constata-se os alunos com insucesso de aprendizagem no contra turno	Professores e Professor do atendimento individual	
11. Projeto Saúde Bucal e Nutricional e Educação Sexual	Contribuir para a formação integral do estudante da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	Visitas dos profissionais da saúde às residências das crianças com vulnerabilidade; Palestras com os profissionais da área de saúde (enfermeiros, médicos, odontólogos, entre outros) e encaminhamentos.	Profissionais da área de saúde – PSE, UNB; SEAA, Serviço de Orientação Educacional, Sala de Recursos e Professores	

SALA DE RECURSOS

A sala de recursos é um ambiente específico onde atende os alunos do ensino regular (integrados) portadores de deficiências, físicas, mental, sensorial (surdez, visual) e com transtornos gerais.

Visa identificar elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O atendimento especializado específico complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas autonomia e independência na escola e fora dela.

Tem como metodologia trabalhar de acordo com a necessidade de cada aluno. Desenvolver atividades que exige atenção raciocínio lógico e etc.

Atende a demanda dos alunos com necessidades especiais (deficiência mental, Síndrome de Down, autismo atípico). A docente busca realizar um trabalho voltado para as suas necessidades; (atividades relacionadas à vida autônoma, alfabetização, matrícula e raciocínio lógico matemático, com ênfase no processo de socialização, inclusão, auto-estima e regras do bom viver. Segue-se para desenvolver tais atividades as orientações do Ensino Especial e as adequações escolares, estas voltadas à especificidade de cada aluno.

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

O Serviço especializado de apoio à aprendizagem constitui-se como um serviço técnico especializado, de caráter multidisciplinar dentro da escola pólo.

O foco de atuação está na Instituição Escolar (direção, professores, aluno e família) envolvendo suas práticas pedagógicas e concepções a cerca do processo educativo com todas as suas implicações que incluem: mapeamento institucional, acessória do trabalho coletivo dos professores e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Tem por finalidade identificar, avaliar e atender alunos com dificuldades de aprendizagem e ou necessidades especiais, prioritariamente na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais, apoiar e subsidiar o corpo docente auxiliando no desenvolvimento de estratégias educacionais e sensibilizar e estimular a família a

contribuir para o sucesso de seus filhos na escola, sendo mais participativa no processo de ensino- aprendizagem.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O trabalho do orientador educacional visa promover a integração entre todos os que fazem educação: direção, vice, secretaria geral, merendeiras, professores, juntamente com pais alunos os diversos setores da comunidade para melhorar a qualidade da educação pública bem como a formação de um cidadão crítico, consciente, questionador, capaz de transformar o meio em que vive,

O professor orientador que depois de observar nossos alunos concluiu haver necessidade de se trabalhar valores, princípios, respeito mutuo, colaboração e ajuda ao próximo por meio de projetos.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo contínuo que tem início no primeiro dia de aula e se faz presente em todas as atividades, dentro e fora da sala de aula. Engloba um conjunto de habilidades, competências, atitudes e aptidões. Portanto, uma sistemática de avaliação que possibilite o aluno reconhecer suas limitações e superá-las com maturidade e tendo o professor como o seu mediador.

A Escola Classe Bela Vista adotará para cada aluno um relatório de acompanhamento da vida escolar que será preenchida cumulativa e o resultado comunicado aos responsáveis, bimestralmente, semestralmente e ao final do ano letivo, através de instrumento RDIA, o Registro de Avaliação – RAV nos anos iniciais e o Relatório Descritivo Individual do Aluno - RDIA no caso da Educação Infantil. Tendo cada professor avaliador em mente a totalidade do processo formativo e produtivo de cada um de seus alunos.

A auto-avaliação é outro instrumento importante para o planejamento da autogestão, para o estabelecimento de metas pessoais, para o aprendizado com os erros, na observação das evoluções constantes e estímulo à autoconfiança e autonomia do aluno. O processo de avaliação da Escola Classe Bela Vista visa, contribuir sistematicamente para o processo de aprendizagem possibilitando a

aquisição de conhecimento num processo contínuo sistemático, propiciando a qualidade como eixo fundamental.

Nesta perspectiva é primordial desmistificar os muitos mitos que permeiam o processo de avaliação, considerar como aspecto fundamental a busca incessante da curiosidade. “Boa escola não é a que ensina coisas, mas a que permite a superação da curiosidade ingênua pela curiosidade epistemológica”. (*José Eustáquio*). Despertar a curiosidade é um início da formação intelectual e social, fazendo surgir o ensino nato e transformador.

Avaliar não é simples e exige domínio de conhecimento, mas uma avaliação formativa possibilita construção e não um fim conclusivo. É impossível uma avaliação segura sem a interação. A Escola Classe Bela Vista objetiva através da formação de uma equipe, criar vínculos para a formação de uma identidade, pois somente assim será possível perceber avaliar e aprimorar suas metas, e observando o crescimento individual e coletivo, reconhecendo as habilidades e competências como subsídio valioso para o enriquecimento.

Elevar a qualidade de ensino e diminuir o índice de reprovação é meta primordial de nossos objetivos, pois uma escola que almeja conhecimento significativo possibilita a amplitude do saber.

NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No que se refere ao processo, à avaliação é global, contínua e processual, desenvolvida por meio da observação direta do progresso do aluno nas atividades específicas de cada período, levando-se em consideração o seu desenvolvimento biopsicossocial, cultural e suas diferenças individuais, abrangendo a formação de hábitos e atitudes.

Quanto aos critérios, serão observados os aspectos relacionados ao desenvolvimento sensório-motor, a aptidão cognitiva e intelectual. Os resultados da avaliação do desenvolvimento da criança são registrados em relatórios individuais e comunicados aos pais ou responsáveis bimestralmente e ao final do ano letivo.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

No Ensino Fundamental o processo de avaliação da aprendizagem é global, contínuo, cumulativo, abrangente, diagnóstico e sistemático, envolvendo o professor e o aluno. A verificação do rendimento escolar do aluno compreende a avaliação do aproveitamento através de testes, trabalhos individuais ou em grupo, participação em eventos como exposições dentro e fora da escola que não leva em consideração somente notas, mas toda produção, participação e interesse do aluno.

A avaliação dos processos formativos fundamenta-se na observação feita pelos professores e pelos membros dos diferentes trabalhos, considerando-se:

- a sociabilidade e o respeito aos colegas, aos professores e demais servidores; conservação e manutenção do patrimônio da escola;
- a participação nas aulas e nas atividades escolares que demonstre interesse em progredir, responsabilidade, criatividade e consciência crítica;
- a assiduidade e a pontualidade às aulas e na execução dos trabalhos.

No decorrer dos bimestres, serão atribuídos conceitos ao rendimento do aluno, considerando os aspectos qualitativos, que serão somados aos quantitativos em cada Área de Conhecimento, e computados para a avaliação do progresso bimestral.

Cabe ao professor a responsabilidade pela avaliação do aproveitamento escolar dos alunos.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A E. C. Bela Vista quer que seus alunos aprendam o máximo possível com o mínimo de sacrifícios, num ambiente descontraído, fraterno, em que cada um mereça respeito e atenção, sejam estudantes, professores, pais, profissionais de apoio e demais servidores da Escola.

Muitos dos pais querem uma resposta sobre os métodos de ensino da escola que os tranquilize e os indique que os filhos estão trilhando o caminho correto. Desejam uma escola que os deixem melhor preparados para a resolução dos conflitos no decorrer de suas vidas e para enfrentar as demais etapas de sua formação profissional.

A Escola Classe Bela Vista está plenamente atualizada quanto às correntes que predominam o cenário de ensino. Salientamos que todas as correntes preconizam que um ensino de qualidade requer professores treinados, disciplina e integração da escola com os pais. Toda Instituição Educacional necessita de objetivos claros que sejam do conhecimento dos alunos pais e professores. O programa de toda e qualquer Instituição escolar exige mecanismos de acompanhamento e avaliação que permitam identificar, a tempo de serem corrigidos, desvios e falhas. Estamos todos imbuídos na mesma idéia de que, sem planejamento nenhuma obra é bem feita e que, sem acompanhamento sistemático, as boas intenções são um fracasso.

Nossos planejamentos de aula indicam como será induzida a experiência educacional. Sem eles, a aula é uma improvisação. Por isto, o rigor maior recai na sua prévia elaboração, para que sejam analisados e enriquecidos pelas coordenadoras. Os pais devem solicitar alguns planos de aula, a fim de verificar quais são as dinâmicas e técnicas de ensino que estão sendo, realmente, usadas dentro da sala de aula. Eles constituem a base da nossa ação.

Outro tópico que de grande importância são as avaliações. O sistema de avaliação deve estar de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prevê o predomínio da avaliação quantitativa e acompanhar as recentes mudanças legais propostas pelos educadores. É preciso verificar a coerência das questões das avaliações com os assuntos abordados em sala de aula ou em atividades complementares; se as avaliações de Matemática, de Geografia, de História e de Português do Ensino Fundamental possuem textos com temas das atualidades que servem como idéia diretriz das questões e se estas estão relacionadas com os mesmos; se a forma de elaboração das questões é diversificada

e leva ao aluno a emitir opinião ou são somente perguntas que servem somente para medir as informações decoradas pelo aluno; e, finalmente a adequação do grau de dificuldade das questões ao desenvolvimento mental do estudante.

É importante verificar também a faixa etária dos alunos dos diferentes graus de ensino que a instituição oferece são aquelas que você deseja que a criança vivencie.

A importância de uma escola está na qualidade do ensino e nos seus valores. À escola cabe formar e educar os alunos dentro de princípios humanos universais e que estejam de acordo com os da família. A religião é uma opção da família e, no entender da Escola Classe Bela Vista deve ter um vínculo permanente e duradouro com a sua opção religiosa e a comunidade que a forma.

A escola tem como tarefa principal a aquisição e democratização dos conhecimentos, o ensino e a aprendizagem, a socialização da criança e do adolescente e a integração com a comunidade como um todo.

São Sebastião, maio de 2018.

15.REFERENCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá e SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre ciclos e progressão escolar continuada no Brasil: uma revisão. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, nº. 01, p. 11-30, jan-abril, 2004

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

Decreto n. 6.094. Implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília – DF, D.O da União de 25/4/2007.

CURRICULO EM MOVIMENTO da Educação Básica, pressupostos teóricos, Secretaria de Educação do Distrito Federal, fevereiro, 2013.

CURRICULO EM MOVIMENTO da Educação Básica, Ensino fundamental Anos Iniciais, Secretaria de Educação do Distrito Federal, fevereiro, 2013.

CURRICULO EM MOVIMENTO da Educação Básica, Educação Infantil, Secretaria de Educação do Distrito Federal, fevereiro, 2013.

CURRICULO EM MOVIMENTO da Educação Básica, Educação Especial, Secretaria de Educação do Distrito Federal, fevereiro, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização. Brasília, Gráfica da SEEDF, 2012.

FREITAS, L. C. Critica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio. Porto Alegre: Mediação, 1996^a.

_____. Avaliação Mediadora: uma pratica em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1996^b.

KELMAN, C. A. As implicações familiares da inclusão. Jornal do Brasil, Caderno Brasília, seção D2, 7/5/2005.

NEVES, M. M. B. da J. A atuação da psicologia nas equipes de atendimento psicopedagógico da rede publica de ensino do Distrito Federal, 2001. 234f. Tese (Doutorado em: Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

PERRENOUD, P. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PICOLO, V.L.N. (org.) Pedagogia do esporte. Campinas: Papirus, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. Questões sobre a organização do trabalho na Escola. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p078-083_c.pdf. Acesso em: jun. 2008.

PROJETO POLITICO – PEDAGOGICO. Professor Carlos Mota, Brasília, 2012.

TUBINO, Manoel José Gomes. As dimensões sociais do esporte. SP, editora Cortez, 992.

VASCONCELLOS, C. S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I.P.A (Org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Projeto Político pedagógico da escola: uma construção possível. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Originalmente publicado em 1934).